Nesta Edição

CONJUNTURA ECONÔMICA

VOL. 56 Nº 02 FEVEREIRO DE 2002 ISSN 0010-5945

http://www.fgv.br/conjuntura.htm

Carta do IBRE
OTIMISMO EXAGERADO
Temos que depender de nós mesmos. Confiar apenas na recuperação da economia americana é um erro. Basta evitar sucumbir às tentações em política econômica. Ainda há riscos a enfrentar e a saída é manter o saldo comercial positivo e o ajuste interno. Temos de ficar atentos. 10

Macroeconomia I
POLÍTICA FISCAL
Seis meses de luta no Congresso, seis anos pagando Imposto de Renda a mais. Com o reajuste de 17,5% da tabela na fonte o governo deixa de arrecadar R$ 3,3 bilhões, dinheiro que terá de sair de algum lugar. Como política orçamentária não cria recursos, para aumentar a renda de uma parcela da população é preciso reduzir a de outra. Quem vai pagar a conta? 16

Macroeconomia II
TENDÊNCIAS
Pode ser que a economia cresça até 3% este ano, puxada pela provável recuperação da economia americana a partir do segundo trimestre. Para a balança comercial espera-se saldo igual ou superior a US$ 5 bilhões, com crescimento de 8% a 10% nas exportações e estabilidade nas importações. A queda dos juros trará custos financeiros menores – melhorando a relação dívida pública/PIB – e maior crescimento do PIB e da receita tributária. 18







Negócios
INVESTIMENTO SOCIAL
Investir na área social hoje é tão importante quanto o desempenho financeiro. Também chamada de cidadania corporativa, a responsabilidade social é conseqüência das exigências do mercado. No Brasil há 453 empresas investindo no social. Somadas, elas faturam R$ 250 bilhões – o equivalente a 25% do PIB. 30

Internacional I
ARGENTINA
A enrascada argentina ainda deve durar algum tempo, mas a crise serve para algumas lições. A primeira a de que a solidariedade dos "países amigos" não veio. O FMI, que bateu palmas e emprestou US$ 40 bilhões em 2000 quando a economia ia bem, agora pulou fora. Para os analistas, a crise pode fortalecer o Mercosul. 40

Internacional II
EURO
A adesão de 12 dos 15 países da União Européia ao euro mostra que a nova moeda já deu certo. Até a implantação da moeda única os países tiveram que cumprir alguns pré-requisitos, como déficit público de governos não superiores a 3% do PIB. As variações cambiais também devem se manter, durante dois anos, no intervalo de bandas determinados pelo Mecanismo de Taxas de Câmbio Europeu. 46

Correção

Na chamada sobre Macroeconomia/Déficit Público, desta seção, na edição de janeiro, onde se lê "déficit público leia-se: "dívida pública".

NOTA DO EDITOR

Os argentinos têm culpa no cartório. Entraram na enrascada da paridade e agora não sabem o que fazer. Claro que o FMI também tem culpa. Bateu palmas quando tudo ia bem e agora tira o corpo fora. Em 2000, quando liberou US$ 40 bilhões ao país, perdeu uma excelente oportunidade de alertar ao governo sobre os risco de se insistir no câmbio fixo. Economistas e empresários brasileiros e argentinos ouvidos por *Conjuntura Econômica* acham que se o governo Duhalde ceder às pressões sobre o *corralito* e liberar o dinheiro, pelo menos dez bancos quebram.

Para o diretor do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, Mário Marconini, o presidente Duhalde tem que ser claro com o que pretende fazer com os passivos em peso e precisa contar com o apoio dos organismos internacionais de crédito para que o país possa fazer a "pesificação" dos ativos, já que não há lastro em reservas para defender a moeda e o governo vai ter que emitir, pressionando a inflação.



O ex-presidente do Banco Central Afonso Celso Pastore não esconde a perplexidade e diz que nunca presenciou na história moderna uma situação tão grave como a da Argentina. Ele alerta para a falta de liquidez argentina e está pessimista sobre o futuro do país: prevê 6% de queda para o PIB este ano e uma recuperação lenta.

Uma outra visão da crise argentina refere-se ao Mercosul, que pode ressurgir das cinzas. Não como união aduaneira clássica, o que ainda se discute, mas como concepção estratégica econômica e política. É a opinião de nossa analista Lia Valls. Ela acha que os "sonhos" com possíveis ganhos em uma aliança com os Estados Unidos estão desfeitos. A ajuda americana não veio e o apoio do Brasil à Argentina, buscando ajuda financeira para o parceiro tem sido enfatizada pelos próprios argentinos.

Outro tema em destaque nesta edição é a participação cada vez maior de empresas em investimentos sociais que vão desde a preservação do meio ambiente à manutenção de escolas e postos de atendimento médico no interior para comunidades carentes. Esta nova visão de política empresarial não significa que as empresas sejam boazinhas, mas atendem a exigências do mercado e dos investidores. Investir no social é hoje uma questão estratégica tão importante quanto os resultados financeiros.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social tem 453 empresas associadas, cujo faturamento é de R$ 250 bilhões ou o equivalente a 25% do PIB. O Ethos foi uma das organizações responsáveis pela mudança de mentalidade nas empresas, pela preocupação com o social como estratégia de mercado. CSN, Votorantin, Xerox, Alcoa e Pão de Açucar estão entre as empresas privadas que já adotaram a nova filosofia. Petrobras, BR- Distribuidora e Vale (quando ainda era estatal) estão entre as pioneiras.

Quem ganha e quem perde com o reajuste de 17,5% da tabela do Imposto de Renda Retido na Fonte? No artigo A Desigualdade Indexada, a coordenadora do Centro de Estudos Fiscais do IBRE, Rozane Bezerra de Siqueira, analisa o problema e mostra que os ganhadores são cerca de 5 milhões de contribuintes ou 7% da População Economicamente Ativa. No entanto, perde a toda a sociedade porque como a alternativa são impostos que oneram a produção, o custo será compartilhado por todos.

Roberto Fendt
Editor-Chefe
fendt@fgv.br

SUMÁRIO



3	Nesta Edição
07	Nota do Editor
	Carta do Ibre
10	Otimismo exagerado
14	Cartas
	Macroeconomia
16	A desigualdade indexada
18	Tendências para 2002
20	Núcleo de inflação — dezembro 2001
21	Expectativas macroeconômicas: conjuntura ainda razoável para um cenário externo adverso
	Finanças
22	Nosso Bolso: um peso e duas, ou mais, medidas
23	FGV 100 — desempenho dos índices — dezembro
	Seguros, Previdência e Capitalização
24	Capitalização, concentração e rentabilidade
	Management
26	Pensar estrategicamente
28	O paradoxo do enfartado
	Marketing
29	Responsabilidade social — vale a pena investir?
	Negócios
30	Social S.A. — credibilidade que dá lucro
36	Mercado & negócios
	Temas Sociais
38	A dívida social
	Internacional
40	A enrascada argentina
45	Mercosul pode ressurgir da crise
46	A moeda única européia
	Especial
48	Um século de Nobel
	Conjuntura, 50 Anos
52	Balança cambial e déficit do comércio exterior
	Internet Sites
53	O fundamental da macroeconomia
	Livros & Idéias
54	Uma radiografia do Brasil
56	Resenhas
	Termômetro
58	Governo pagou R$86,4 bilhões de juros em 2001
I	**Conjuntura Estatística**
XX	**Índices Econômicos**
XXXII	**Seguros**
	Ponto de Vista
98	Parceria na educação profissional

CONJUNTURA ECONÔMICA

Fundador
Richard Lewinsohn
Editor-Chefe
Roberto Fendt
Editor Executivo
Márcio Chalita
Redator
Rui Pizarro
Colaboraram nesta edição
Alberto Furuguem, Aloisio Campelo Junior, André Boudon, Elena Soihet, Gustavo de Sá e Silva, João Baptista Vilhena, Lia Valls Pereira, Luis Antonio Perdigão, Luís Carlos Ewald, Luiz Fernando da Silva Pinto, Marcelo Neri, Marcello Sigwalt, Marco Aurélio Vianna, Mario Divo Motter Junior, Ozíride Manzoli, Paulo Renato Souza, Paulo Sidney de Melo Cota, Rebecca Barros, Rozane Bezerra de Siqueira, Salomão Quadros, Tatiana Deane, Uriel de Magalhães e equipe do Centro de Estatísticas e Análises Econômicas (CEAE/IBRE/FGV)
Editor de Arte
José Gil Dieguez Neto
Diagramação
Ana Elisa Galvão, Osvaldo Moreira da Silva
Marlus de Almeida Pires (estagiário)
Revisão
Ademilson Coutinho, André Pinheiro
Produção Gráfica
Mair Barril
Departamento Comercial
Gerente: Igor de Freitas
Tel.: (21) 2559-5567 – Fax: (21) 2551-2799
E-mail: conjunturaeconomica@fgv.br
Publicidade
Marise Barbosa, Danielle Lima, Joaquim Barroncas
Tel.: (21) 2559-5565 – Fax: (21) 2551-2799
Circulação
Ana Lúcia Botelho Brandão
Tel.: (21) 2559-6046 – Fax (21) 2559-6039
E-mail: conjunturaeconomica@fgv.br
Assinaturas e venda de números atrasados
Rio de Janeiro: Tel.: (21) 2559-6040
Outros estados: ligação gratuita: 0800-25-7788
Secretaria e apoio administrativo
Denize e Silva Melo Denise Xavier Nunes
Redação
Praia de Botafogo, 190 – sala 927 – CEP 22253-900
Rio de Janeiro/RJ.
Tel.: (21) 2559-5565 – Fax: (21) 2551-2799
E-mail: conjunturaeconomica@fgv.br
Fotolito e impressão
Ediouro Publicações SA
Distribuição
Synchro Serviços de Distribuição Ltda.

Revista mensal da Fundação Getulio Vargas, editada pelo Instituto Brasileiro de Economia. As matérias assinadas por colaboradores, mesmo do IBRE, quando desvinculados de sua posição funcional, não refletem, necessariamente, a posição deste Instituto ou da Redação de Conjuntura Econômica, embora sejam consideradas úteis para o debate de idéias econômicas. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta Revista, desde que seja citada a fonte.

ISSN 0010-5945

ANER

CONJUNTURA ECONÔMICA. – Vol. 1, n. 1 (nov. 1947)
-.- Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1947-v. il.; 28cm.
Mensal.
Órgão oficial de: Instituto Brasileiro de Economia. Diretores: Nov. 1947-mar. 1952, Richard Lewinsohn. Maio 1952-dez. 1968, José Garrido Torres. Jan. 1969-mar. 1974, Sebastião Marcos Vital. Abr. 1974-mar. 1979, Antonio Carlos Lemgruber. Abr. 1979-abr. 1994, Paulo Rabello de Castro. Maio 1994-set 1999, Lauro Vieira de Faria. Out. 1999, Roberto Fendt.
ISSN 0010-5945
1. Economia — Periódicos. 2. Brasil — Condições Econômicas — Periódicos. I. Fundação Getulio Vargas. II. Instituto Brasileiro de Economia.
CDD 330.5

CARTA DO IBRE

Otimismo *exagerado*

FEVEREIRO 2002

Todos torcemos por uma rápida e expressiva recuperação da economia mundial. Dessa recuperação depende o desempenho de nossas contas externas, já que em tempos de fluxos de capitais escassos para os países emergentes é o superávit comercial que contribui para reduzir o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos.

Desejos à parte, ainda não há evidências de que todos os nossos problemas externos estão resolvidos, o que pode tornar a recuperação mais demorada. Um indicador que vem sendo apontado como prova da retomada da economia americana, locomotiva do crescimento mundial, é o crescimento das vendas no mercado imobiliário dos Estados Unidos.



Este mercado fechou 2001 com recordes de vendas. O volume de transações, em bases anualizadas, alcançou 946 mil unidades em dezembro, crescendo 5,7% sobre as vendas de novembro. As vendas de casas novas durante o ano totalizaram 900 mil unidades, ultrapassando o recorde anterior de 886 mil, em 1998.

O total de vendas de residências, incluindo novas e usadas, também foi recorde em 2001, chegando a 6,2 milhões no passado (o recorde anterior ocorreu em 1999, com 6,1 milhões).

Além de mostrar indiretamente que a confiança do consumidor não aparenta ter caído tanto como mostram outros indicadores, esses resultados refletem essencialmente as quedas das taxas de

juros hipotecárias, que estão próximas de seu nível mais baixo nos últimos 30 anos, em decorrência das medidas anticíclicas de combate à recessão e aos efeitos recessivos dos atos terroristas de 11 de setembro.

Com a seqüência de 11 reduções nas taxas básicas de juros pelo Federal Reserve, que trouxe as taxas anuais de juros básicas para 1,75% no final do ano, a taxa média de financiamento imobiliário ficou abaixo de 7% em 2001, um ponto de percentagem abaixo da correspondente taxa média observada em 2000. Segundo Alan Greenspan, presidente do Federal Reserve (Fed), o financiamento a essa taxa proporcionou "apoio considerável" à construção civil americana.

Se o mercado imobiliário americano vai tão bem, por que preocupar-nos? Há diversas razões para isso. Em primeiro lugar porque o crescimento do mercado imobiliário americano ocorre junto com o crescimento do endividamento, das pessoas e das empresas. O fenômeno não está restrito aos Estados Unidos. Também os consumidores e empresas das maiores economias do mundo estão pesadamente endividados: no Japão, o endividamento privado supera 130% do PIB, juntamente com um elevado endividamento do setor público. Mas também em países como a Alemanha e a Inglaterra, a dívida supera 100% do PIB.

Não é por acaso que as recentes crises sistêmicas foram deflagradas por países altamente endividados, como nossa vizinha Argentina, mas também a Tailândia, Indonésia, Coréia e outros tigres asiáticos, a Rússia e o próprio Japão. Além de países, alguns gigantes privados também quebraram recentemente, como a rede Kmart americana e a também americana Enron.

Em segundo lugar, consumidores e empresas estão olhando as taxas nominais de juros em suas decisões de endividar-se, esquecendo-se de que as taxas reais de juros não estão tão baixas assim. O caso americano é ilustrativo. No último semestre, o nível de preços caiu, indicando que lá ocorre o oposto da inflação, a deflação. Se essa tendência deflacionária nos preços e a taxa média de juros no mercado hipotecário continuarem, os endividados estarão pagando taxas reais de juros superiores a 7% ao ano. A essa taxa de juros, o principal de uma dívida dobra em dez anos.

E como esperar pagar os juros e o principal, se a dívida cresce a 7% ao ano e, sob deflação, não aumentam nem os salários nem os lucros das empresas? O que se constata é que indivíduos e empresas estão confundindo taxas nominais com taxas reais, e não estão percebendo que as taxas nominais são baixas porque a inflação também é baixa (de fato, negativa nos Estados Unidos atualmente).

Como o Brasil sentiu na própria pele, na crise da dívida do início dos anos 80, há um limite para o endividamento — um Cabo das Tormentas, separando o endividamento prudente do endividamento ruinoso

Há, portanto, algo de profundamente errado nas projeções dos fluxos de caixas das pessoas e das empresas, o que poderá vir a desaguar em novas insolvências. A combinação de endividamento alto com inflação muito baixa, ou, pior ainda, deflação, é extremamente perigosa, como o exemplo japonês ilustra à perfeição. Lá, mesmo com taxas de juros próximas de zero — seu limite inferior —, as taxas de juros reais permanecem altas e não há como pagar os juros e principal das dívidas contraídas em tempos de taxas reais mais baixas.

Como o Brasil sentiu na própria pele na crise da dívida do início dos anos 80, há um limite para o endividamento — um Cabo das Tormentas, separando o endividamento prudente do endividamento ruinoso.

Muitos receiam hoje que o mundo desenvolvido tenha ultrapassado os limites da prudência e se endividado além da conta. Enquanto as taxas de juros permanecerem baixas nos Estados Unidos, sob o comando do Fed, e as contas fiscais permaneçam deficitárias, não há razões para antecipar problemas.

A questão é que, com o passar do tempo, se estará diante de duas alternativas: ou retorna a inflação para, corroendo o principal da dívida, resgatar os endividados de sua sina ou se correrá o risco de "japanizar-se" a longo prazo a economia mundial, com juros muito baixos, PIBs nominais caindo e com o crescimento do endividamento.

As opções de política econômica nos países industrializados estiveram e estão voltadas para o que é considerado o problema principal: o risco de aprofundamento da recessão. Para combatê-lo, reduziram-se seguidamente os juros e praticaram-se políticas fiscais expansionistas em quase todo o mundo desenvolvido.

Quais as opções disponíveis? Durante as duas décadas que se seguiram à Segunda Grande Guerra, boa parte da discussão econômica centrou-se em torno da capacidade da política econômica em conduzir com "pente-fino" a economia. Adeptos de um vigoroso intervencionismo louvavam o manejo das políticas monetária e fiscal como instrumentos anti-cíclicos eficientes. O pensamento mais conservador em relação aos limites da

política econômica, centrado em Milton Friedman, opunha-se à intervenção discricionária em favor de regras fixas, como o orçamento equilibrado e expansão monetária a uma taxa anual preestabelecida.

Estaremos assistindo aos últimos anos da intervenção discricionária e talvez nos encaminhando para regras estáveis? O maestro Alan Greenspan provavelmente tinha em mente os atuais desdobramentos quando alertou o mercado, há alguns anos, quanto à "bolha especulativa" que crescia à sombra da aparente estabilidade trazida pela nova era de baixa inflação no mundo.

O mundo desenvolvido acreditará mais em mecanismos automáticos de prevenção de crises, ou manterá "maestros" conduzindo discricionariamente as políticas macroeconômicas? O tempo dirá.

Por hora, o que importa é ficar atento para o excessivo otimismo quanto ao desempenho da economia internacional. Infelizmente, ainda há riscos a enfrentar e a melhor maneira de enfrentá-los é manter o saldo comercial positivo e persistir no ajustamento interno da economia brasileira.

Para tanto, basta evitar sucumbir às tentações em política econômica, como o fizemos tantas vezes no passado. Estamos na rota certa, com a flexibilidade cambial, o controle do gasto público e o regime de metas inflacionárias. Mas poderemos botar tudo a perder se voltarmos a controlar o câmbio, ignorarmos a disciplina fiscal, abandonarmos a privatização e o regime de metas inflacionárias.

Continuamos a torcer pela rápida e expressiva retomada da economia mundial. Enquanto ela não vem, devagar com o andor: vamos continuar a fazer o dever de casa porque estamos indo na direção correta, pondo a casa em ordem e dependendo menos de recursos externos para financiar nosso próprio crescimento.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22253-900
ou Caixa Postal 62.591 – CEP 22257-970 – Tel.: (21) 2559-6000.

Presidente Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Diretor Geral: José Affonso Fausto Barbosa

Conselho Diretor

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta e Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

Vogais: Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade.

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Geraldo José Carbone, José Julio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques, Nestor Jost e Oswaldo Antunes Maciel.

Conselho Curador

Presidente: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

Vice-Presidente: Armando Klabin (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S.A.), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grëllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado da Bahia, Heitor Chagas de Oliveira, Ricardo Malfitano (S.A. White Martins), João Carlos Rocha (Banco CCF Brasil S.A.), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Marcelo Serfaty, Oswaldo Mário de Azevedo (Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro), Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A, Lídio Duarte (Instituto de Resseguros do Brasil – IRB), Paulo Rabello de Castro, Sergio Franklin Quintella, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Walber José Chavantes (Associação de Bancos do Estado de São Paulo).

Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Cia. Bozano), Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Rodrigo Telles da Rocha Azevedo (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Ney Coe de Oliveira, Márcio João de Andrade Fortes, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul America Cia. Nacional de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício (Banco Boavista Interatlântico S.A.).

Conselho Consultivo

Antonio Carlos Braga Lemgruber, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Batista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais) e Roberto Gusmão.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Diretor
Antonio Carlos Pôrto Gonçalves

Vice-Diretor
Roberto Fendt

Centro de Estatísticas e Análises Econômicas
Salomão L. Quadros

Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes

Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota

Centro de Políticas Sociais
Marcelo Neri

Coordenadoria de Projetos / Gerência Administrativa
Regina Celia Reis de Oliveira

Revista Conjuntura Econômica
Roberto Fendt

CARTAS

MARCOS CINTRA

Edição de janeiro de 2002

Lendo a entrevista do economista e deputado federal Marcos Cintra em que se discorre sobre a carga/reforma tributária, reporta-se o fato de termos de suportar um fardo de 35% do PIB em tributos. Aponta-se, também, como principal problema do sistema tributário a sonegação, a elisão e a evasão. Inicialmente, não concordo em pôr a elisão no mesmo "saco", pois entendo por "elisão" como pagar menos ou deixar de pagar tributo por brechas na lei. Essa é uma prática comum em todo o mundo. Ademais, por uma questão de "enfoque", acho que a sonegação, a elisão e a evasão são a "salvação da lavoura". Simples questão aritmética.

Senão vejamos: já bem o disse o ilustre Everardo Maciel, secretário da Receita (falava apenas de sonegação mas, considere-se, englobava tudo), que para cada real arrecadado, outro era sonegado. Donde se deduz que se cumprirmos, fielmente, as ordenações de Don Fernando estaríamos contribuindo com 70% do PIB??? Nem de leve se mencione a renda *per capita* do brasileiro e, "cruz credo", do salário mínimo...

ROBERTA SEBEN
seben_@terra.com.br

MERCADO DE AÇÕES

Edição de janeiro de 2002

Muito oportuno o tema abordado por *Conjuntura Econômica*, neste início de ano. Um mercado de ações bem desenvolvido é fundamental para o crescimento econômico de qualquer país. No Brasil, pecamos pelas altas taxas de juros, pela falta de poupança interna e pela caracterização das ações como investimento de curto prazo e especulativo, entre outros fatores que inibem as atividades do mercado. O grande mérito dos debatedores da mesa-redonda foi o de ter apresentado


"Reduzir o Estado, para *voltar* a crescer"

sugestões para o relançamento do mercado, de forma vigorosa. Agora, só falta colocá-las em prática.

ANTONIO CARLOS P. TAVARES
Vitória — ES

NOSSO BOLSO

Edição de janeiro de 2002

O sr. Luiz Carlos Ewald lembrou, com clareza, quem é que manda no Brasil: "(...) quem manda no país são os bancos, essa é a realidade". Diante disso, é fácil entender por que o governo federal adia ou corta investimentos de todas as suas áreas, tanto sociais (educação, saúde etc.), quanto de infra-estrutura (estradas, portos, hidrelétricas etc.), mas nunca reduz ou adia o pagamento dos juros da dívida pública, cujos principais beneficiários são os grandes bancos nacionais e estrangeiros. Basta lembrar que a dívida interna mobiliária, que era de R$61 bilhões em dezembro/1994 e que ultrapassou os R$600 bilhões no ano de 2001, foi fruto da política monetária e cambial do Banco Central e não porque o governo gastou mais que arrecadou, haja vista os sucessivos superávits primários. Contudo, cabe ao Tesouro Nacional pagar, com o dinheiro dos impostos, os juros dessa política ultra-ortodoxa do BC, que vem servindo, basicamente, aos que mandam na equipe econômica do governo federal: o sistema financeiro nacional e internacional.

JOAQUIM MIGUEL COUTO
miguelcouto@bol.com.br

NEGROS

Edição de dezembro de 2001

Em referência à matéria "Cota para Negros. Mais Discriminação" (seção Ponto de Vista), ela apresenta muito bem a discriminação camuflada dentro do nosso país. É visível que se trata de uma ação com fins eleitoreiros e não uma preocupação com a raça negra. Não adianta estabelecerem cotas para os negros nas faculdades se não evoluírem muito na qualidade do ensino desde a alfabetização nas pré-escolas. É válido ressaltar a importância da geração de emprego para dar condição de se pagar os estudos. As Universidades públicas não estão ao alcance daqueles que não podem pagar uma escola de formação, as escolas estaduais e municipais já não são mais as mesmas. Nós não precisamos de protecionismo, precisamos de condição de igualdade.



CARTAS

A cultura e a educação da população do Brasil não irão mudar do dia para a noite, mas é necessário mudar o foco, ou seja investir na educação das crianças. Com certeza o país terá uma população de índios, negros, brancos, mulatos, amarelos etc. muito capaz de competir em qualquer setor, sem precisar desse falso protecionismo. É uma medida paliativa, mas talvez seja um começo. Não somos sub-raça, temos muita criatividade, inteligência e competência e capacidade competitiva. É preciso resgatar a dignidade, não importa a cor, o que importa é a pessoa.

É importe dizer que sou negro, de origem humilde e sempre estudei em escolas públicas. Fiz faculdade e pós-graduação em instituições particulares com recursos próprios, nunca precisei de nenhum tipo de protecionismo. Hoje faço MBA — Gestão Empresarial na FGV em Campinas.

Maximiano Xavier
max@spalia.com

SEGUROS

Edição de dezembro de 2001

Um país onde um setor vital como o de seguros não consegue evoluir mais devido à pobreza de seus habitantes vai, realmente, muito mal das pernas. É dramático que, depois de tantas décadas de altos e baixos na economia, a principal preocupação do cidadão brasileiro comum ainda seja a de tentar garantir, apenas, a sobrevivência no dia-a-dia ou simples necessidades básicas, como moradia e alimentação. Se o presidente da Itaú Seguros, Luiz Campos Salles (entrevista: "Setor só não cresce mais porque o povo é pobre"), não exagerou nos comentários, só nos resta esperar (e muito) por melhores dias.

Lucinda Decker
São Paulo — SP

ÉTICA

Edição de dezembro de 2001

O artigo ("Ética na economia e nos negócios — Existe moral na reciprocidade?", de Hermano Roberto Thiry-Cherques) poderia servir de ponto de partida para *Conjuntura Econômica* abordar outros temas do gênero, como a ética na política e suas conseqüências sobre a economia e a responsabilidade social das empresas.

Elio P. Navegante
navegante@ig.com.br

O leitor poderá encontrar outros artigos sobre ética na edição de junho de 2001. Sobre responsabilidade social, ver matéria de capa desta edição. Aproveitamos para agradecer a sugestão enviada.

ECONOMIA

Capitalismo X Socialismo

Sou assinante da revista *Conjuntura Econômica* e estudo Economia na UNESP de Araraquara (SP). Um de meus professores, um dia, disse que a Economia é a ciência do capitalismo e que se um dia o capitalismo acabar, acaba também a ciência econômica. Achei equivocada essa afirmação, pois sempre achei que a Economia estudaria a produção, distribuição, consumo e acumulação da riqueza em qualquer sistema socioeconômico. E, também, porque existem vários economistas que são socialistas, o que seria um paradoxo de acordo com essa afirmação. Gostaria que vocês, como responsáveis por esse periódico respeitado que é, me esclarecessem essa dúvida.

Luis Eduardo da Costa
ledc@uol.com.br

Consultamos o economista Renê Garcia Jr., do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV), que forneceu a seguinte explicação ao leitor: "Luis, você está corretíssimo. A teoria econômica é a ciência que estuda a formação da produção, a distribuição e comercialização de bens e fatores de produção, assim como a formação dos preços dos ativos, sejam financeiros ou não. Portanto, o sistema econômico é, apenas e tão-somente, um elemento na análise da ciência que, ao longo dos últimos anos, tem ampliado o escopo de seu núcleo de atenção, incorporando temas como as implicações do sistema legal, a racionalidade da regulamentação econômica e a própria psicologia dos mercados. De qualquer modo, meus parabéns: você já é um economista! Quanto ao seu professor, parece-me que ele misturou ideologia com ciência econômica."

PUNIÇÃO

Telefonia celular

O código de conduta para as operadoras de telefonia celular, criado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), tem tudo para ser mais uma daquelas leis ou determinações que não saem do papel. Se empresas como a Telemar, campeoníssimas em queixas de consumidores, continuam não oferecendo um atendimento decente, por que acreditar que as demais vão cumprir obrigações como a de não deixar clientes na fila por mais de 10 minutos ou de cometer apenas cinco erros em cada mil contas telefônicas. A impunidade que já se transformou em uma regalia para o sistema bancário, ameaça agora tomar conta do setor de telefonia celular. Para tirar o país do atraso que ainda nos caracteriza não basta atrair investimentos; é preciso disciplinar, com rigor, quem investe apenas com o objetivo de auferir lucro a qualquer custo. A menos que andar para trás seja uma espécie de vocação natural nossa.

Fábio Duarte de Azevedo
Niterói — RJ

CORRESPONDÊNCIA PARA ESTA SEÇÃO:
Revista Conjuntura Econômica
Praia de Botafogo, 190 – Sala 927
Rio de Janeiro – RJ / CEP 22253-900
Fax: (21) 2551-2799
E-mail: conjunturaeconomica@fgv.br

IMPOSTO DE RENDA

A *desigualdade* Indexada



Rozane Bezerra de Siqueira
Coordenadora de Estudos Fiscais IBRE/FGV

Durante seis meses parlamentares travaram uma batalha com a Receita Federal para reajustar o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Inicialmente, o projeto de lei que tramitou no Congresso reajustava a tabela do IRPF em 35,29%. Após longas e exaustivas negociações com o governo, deputados e senadores, a contra gosto, aceitaram um reajuste menor, de 17,5%. Parece haver consenso de que o reajuste reivindicado corrige uma injustiça fiscal e torna o sistema mais eqüitativo.

Quando se trata de orçamento público, mais útil que qualquer tratado filosófico para se discutir justiça e eqüidade é a velha e conhecida "ética" da repartição do bolo, os recursos disponíveis na sociedade. Uma vez que política orçamentária não cria recursos, para aumentar a fatia de uma parcela da população é preciso reduzir a fatia de outra parcela. Portanto, não é possível julgar se um determinado gasto público é desejável antes de identificar ganhadores e perdedores.

Renúncias e benefícios fiscais têm as mesmas conseqüências orçamentárias que os gastos diretos, implicando aumento de impostos ou corte de outros gastos. No caso do reajuste do IR, os ganhadores são os indivíduos que efetivamente pagavam esse imposto antes do reajuste, e que agora estão isentos ou tiveram a carga reduzida.

São cerca de 5 milhões de contribuintes ou 7% da população economicamente ativa (PEA). Entre esses contribuintes, o reajuste favorece principalmente aqueles que tinham renda mensal tributável superior a R$ 1.800,00, que representam menos de 3% da PEA. É oportuno ressaltar que os contribuintes do IR fazem parte dos 10% mais ricos da população que detém 50% do "bolo" de recursos da sociedade.

Quanto aos perdedores, como a alternativa para o IRPF são impostos que oneram a produção e o consumo, o custo do reajuste será compartilhado com toda sociedade, incluindo aí os 50% mais pobres da população que sobrevivem com 10% do bolo. Como prevê a medida provisória que reajusta o IR, se parte do reajuste for financiado pelo aumento da Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas prestadoras de serviços, cuja contribuição incide sobre uma parcela do faturamento, o reajuste além de regressivo é ineficiente, pois nesse caso a CSLL tem um efeito de cumulatividade e distorce a atividade econômica.

Pode-se argumentar que o reajuste foi pequeno e o seu custo não é muito significativo. Novamente, é importante ver a questão no contexto do orçamento público. A perda estimada de receita com o reajuste do IR em 2002 é de R$ 3,3 bilhões.

Esse valor representa 60% do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza previsto no Orçamento do Governo Federal para 2002, é quase duas vezes o gasto alocado para o programa Bolsa-Escola e é três vezes maior que o gasto previsto com saneamento básico.

É interessante observar também que a dedução anual permitida com educação, no cálculo do IR devido, para contribuintes que pagam a alíquota marginal de 27,5% é, após o reajuste, R$ 549,45. Por sua vez, o orçamento da União garante, para 2002, um gasto de R$ 400,00 por aluno no ensino fundamental. Vale lembrar ainda que os alunos da escola pública geralmente não têm acesso às universidades estatais, as quais respondem por 60% do total de gastos do governo com educação.

Todos queremos pagar menos impostos, mas a forma socialmente responsável de conseguir isso é através de uma reforma tributária que aumente a eficiência e competitividade da economia, fazendo-a crescer. Ao mesmo tempo, que se redirecione o gasto público social que hoje transfere mais da metade dos recursos para o pagamento de pensões e aposentadorias, sendo que os aposentados e pensionistas mais ricos (20%) recebem a metade desses recursos.

Obviamente, faz parte do processo de negociação política que grupos sociais se organizem para defender seus interesses. Mas é também esperado que numa



sociedade democrática, onde os representantes políticos do povo são eleitos pelo voto direto e universal, essa negociação se dê da forma mais transparente e responsável.

Faltaram as duas coisas no processo de reajuste do IR. Ao omitir a indicação das medidas que deveriam ser tomadas para cobrir o custo do reajuste, desrespeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto de lei aprovado pelo Congresso não deu oportunidade de negociação aos grupos perdedores e ainda apresentou o reajuste como socialmente justo.

A novela do reajuste do IR é mais uma evidência de um círculo vicioso, onde a extrema desigualdade de renda observada no país se reflete em desigualdade de poder político, e esta por sua vez tende a manter o quadro de desigualdade existente. Uma fração pequena da população, mas que tem poder de influenciar a opinião pública e pressionar os governantes tem se mostrado sempre eficaz na defesa de sua parcela do bolo – contra inflação ou qualquer outra ameaça.

Aqueles que sonham com uma sociedade mais justa e igualitária devem ficar atentos e lembrar o que disse Joseph Schumpeter no artigo *The crisis of the tax state* publicado em 1954 na *International Economic Papers*.: "O espírito de um povo, seu nível cultural, sua estrutura social, os feitos que sua política pode alcançar, tudo isso e muito mais está escrito na sua história fiscal, depurada de todo fraseado. Aquele que sabe prestar atenção à sua mensagem escuta aqui o trovão da história do mundo mais nitidamente do que em qualquer outro lugar."

ACESSE A NOVA HOME PAGE.

Informação privilegiada para quem decide.



www.fgv.br/conjuntura.htm

conjunturaeconomica@fgv.br

Central de Assinaturas das Revistas do IBRE

Outros estados DDG:

0800.25.7788

Ligações do Rio:

2559.6040

Fax:

(21) 2559.6039

ANÁLISE

Tendências para 2002

É possível que a recuperação da economia americana, locomotiva planetária, comece a ocorrer no segundo trimestre do ano. A principal razão para se acreditar nesse cenário de recuperação da economia americana é a impressionante redução da taxa básica de juros pelo Fed (banco central americano), que começou 2001 em 6,5% e terminou com 1,75%.

Um cenário intermediário seria a recuperação da atividade econômica nos Estados Unidos somente no segundo semestre e um cenário pessimista seria o prolongamento da recessão em 2002. As economias européias e asiáticas tenderiam a ser puxadas pela americana. Admitindo um cenário de recuperação gradual da economia mundial a partir de meados do ano, projetamos as tendências prováveis da economia brasileira para 2002.



Foto: Américo Vermelho

Alberto Furuguem
Consultor econômico
www.furuguem.com.br

Crescimento — O PIB em 2002 poderá crescer a uma taxa um pouco maior que a de 2001, ficando no intervalo de 2,5% a 3%. A agropecuária deverá permanecer em expansão, com a safra de grãos podendo superar 100 milhões de toneladas, um novo recorde, e a indústria irá recuperar-se, impulsionada pelas exportações e pela substituição de importações. A possível normalização da oferta de energia elétrica também contribuirá decisivamente para um melhor desempenho da economia em 2002. O ano eleitoral estimulará os gastos públicos, não tanto quanto em outros tempos (a Lei de Responsabilidade Fiscal inibe), mas o suficiente para impulsionar o crescimento.

Inflação — O Banco Central manteve para 2002 a meta de 3,5% (com limite de 5,5%) para o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE). É uma meta ambiciosa, mas não impossível de ser atingida. O limite de 5,5%, em particular, tem grande chance de não ser ultrapassado. A queda dos preços dos combustíveis em janeiro foi um bom ponto de partida e as pressões da área cambial, se houverem, deverão ser moderadas. Os aumentos de tarifas (particularmente energia elétrica) continuarão a pressionar os preços em 2002, mas não o suficiente para ultrapassar a meta inflacionária (5,5%).

Juros — A evolução da taxa de juros estará bastante atrelada à tendência da inflação.

Mantidos os critérios do Banco Central, os juros começarão a cair quando as projeções para o IPCA apontarem para níveis abaixo de 3,5% no ano. Quando isso poderá acontecer? Em um cenário otimista, ainda no primeiro trimestre, diante da queda de preços da gasolina. Em dezembro as projeções do Banco Central indicavam IPCA de 3,7% em 2002. Há chance de que as novas projeções para a inflação em 2002 abram espaço para a retomada da queda dos juros ainda no primeiro trimestre. No início do ano as projeções médias do mercado financeiro para os juros básicos (Selic) ao final de 2002 estava em 17%. Não é impossível que esses juros cheguem a patamares mais baixos, como 15% ou menos, compatíveis com a queda da inflação no período.

Ajuste Fiscal — A meta de superávit primário do setor público equivalente a 3,5% do

PIB poderá ser cumprida, tanto pelo controle das despesas quanto pelo desempenho da receita.

Duas variáveis importantes para as contas públicas em 2002 serão a taxa de juros (SELIC) e a taxa de crescimento do PIB.

A queda dos juros produzirá impactos diretos (menores custos financeiros) e indireto (maior crescimento do PIB e da receita tributária) sobre as contas públicas. A taxa de câmbio, responsável por importante parcela do aumento da dívida pública em 2001, não deverá ser um grande incômodo para as finanças públicas em 2002. Assim, a relação "dívida pública/PIB" pode confirmar a tendência de queda iniciada em outubro de 2001, contribuindo para minimizar o estresse nessa área. Uma queda consistente na relação dívida pública/PIB seria, aliás, o melhor passaporte para se atravessar um ano eleitoral sem grandes turbulências.

Balanço de Pagamentos e Câmbio — O cenário para o balanço de pagamentos em 2002 é favorável. A balança comercial poderá apresentar saldo igual ou superior aos US$5 bilhões mencionados pelo Governo (apesar do efeito da crise argentina). Um crescimento razoável das exportações (8% a 10%) e certa estabilidade das importações parece a tendência mais provável, permitindo geração de um superávit da balança comercial duas vezes maior do que a obtida em 2001 (US$2,6 bilhões). O déficit em conta corrente poderá reduzir-se de US$24 bilhões em 2001 para cerca de US$20 a US$21 bilhões em 2002, favorecido tanto pela melhoria na balança comercial quanto pela redução do déficit na conta turismo. Nesse cenário, o fluxo de investimentos e financiamentos deverá ser suficiente para manter um clima tranqüilo na área cambial. A taxa de câmbio, refletindo a melhoria no balanço de pagamentos, poderá mostrar tendência de valorização do real (patamares abaixo de R$2,40 ou mesmo R$2,30 para o dólar). O Banco Central poderá aproveitar para reforçar suas reservas cambiais (comprando e não vendendo divisas) e com isso impedindo que a taxa de câmbio caminhe para níveis capazes de prejudicar a balança comercial.

Energia — O Brasil enfrenta problema estrutural na oferta de energia elétrica, como ficou demonstrado em 2001. As soluções em curso são conhecidas: mais hidrelétricas, mais termelétricas, mais fontes alternativas de energia. A principal fonte (pelo seu baixo custo) será sempre a hidroeletricidade. Os reservatórios de água estão baixos e somente poderão ser normalizados nos próximos anos, com boa gerência e um pouco de sorte. A eficácia da regulamentação na área, recentemente baixada pelo Governo, ainda precisa ser testada sobre as decisões de investimentos. Apesar de tudo, é certo que o problema da energia será menos dramático em 2002 do que foi em 2001. É provável que não tenhamos necessidade de racionamento de energia em 2002 em face da ajuda de São Pedro, que tem mandado bastante chuva neste verão.

Argentina e Eleições — Argentina e eleições representam focos potenciais de instabilidade em 2002. O que estamos vendo na Argentina é uma crise política e econômica grave. Resta saber se o Governo Duhalde terá respaldo político para executar um programa macroeconômico consistente. A Argentina dependerá, mais que nunca, de "pacotes" de recursos negociados com o aval do FMI, já que o financiamento voluntário tão cedo não voltará. A perda de confiança no sistema bancário argentino, provocada pelo bloqueio de recursos, é difícil de ser resolvida a curto e médio prazos. No Brasil devemos torcer para que não apareçam propostas heterodoxas para o tratamento das dívidas interna e externa por parte de candidatos com chances de vitória. Parece razoável, de qualquer forma, acreditar que a posse de novo Governo no Brasil não representará risco de mudanças radicais no cenário econômico. O período mais quente da campanha eleitoral no Brasil deverá ser entre julho e setembro, quando, eventualmente, poderão ocorrer turbulências associadas aos discursos dos candidatos com maiores chances de vitória.



0800 25-7788,

às suas ordens.

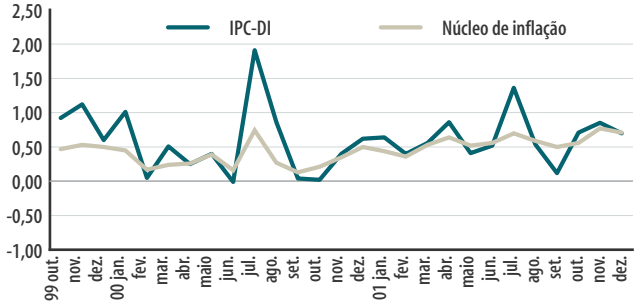
Este é o telefone do Departamento de Circulação de *Conjuntura Econômica*. Através dele você assina a revista de economia mais importante do Brasil, fica sabendo onde encontrá-la nas bancas e tira dúvidas sobre números atrasados. Além disso, recebe orientações para o acesso exclusivo do assinante ao conteúdo digital da revista na internet, incluindo as seções Conjuntura Estatística e Índices Econômicos.

Núcleo de Inflação
Dezembro 2001

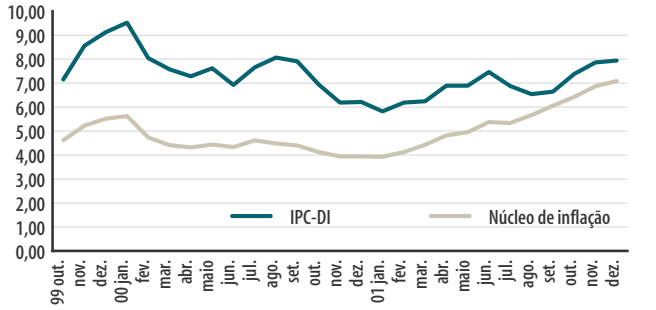
Rebecca Barros
Economista do IBRE/FGV
rbarros@fgv.br

O Núcleo de Inflação de dezembro, calculado pela Fundação Getulio Vargas, manteve-se em patamar elevado, embora tenha apresentado uma pequena redução em relação a novembro, caindo de 0,77% para 0,70%. O resultado acumulado em 2001 foi o maior desde o início do cálculo do indicador, fechando em 7,09%. Como se pode observar através do gráfico abaixo, houve uma trajetória ascendente do indicador durante todo o ano, trajetória similar, embora em patamares mais elevados, à ocorrida em 1999, o ano da ruptura cambial.

Variação % mensal – IPC-DI e medida de Núcleo de Inflação



Variação % em 12 meses – IPC-DI e medida de Núcleo de Inflação



Variação Percentual Mensal

Mês	IPC-DI	Núcleo de Inflação
1999 – Dez.	0,60	0,50
2000 – Jan.	1,01	0,45
Fev.	0,05	0,17
Mar.	0,51	0,24
Abr.	0,25	0,26
Maio	0,40	0,39
Jun.	-0,01	0,16
Jul.	1,91	0,74
Ago.	0,86	0,27
Set.	0,04	0,13
Out.	0,02	0,21
Nov.	0,40	0,35
Dez.	0,62	0,50
2001 – Jan.	0,64	0,44
Fev.	0,40	0,36
Mar.	0,56	0,53
Abr.	0,86	0,64
Maio	0,41	0,52
Jun.	0,52	0,56
Jul.	1,36	0,70
Ago.	0,54	0,59
Set.	0,12	0,50
Out.	0,71	0,56
Nov.	0,85	0,77
Dez.	0,70	0,71

Variação Percentual em 12 Meses

Mês	IPC-DI	Núcleo de Inflação
1999 – Dez.	9,12	5,51
2000 – Jan.	9,52	5,62
Fev.	8,04	4,74
Mar.	7,57	4,42
Abr.	7,28	4,32
Maio	7,62	4,44
Jun.	6,92	4,34
Jul.	7,66	4,61
Ago.	8,07	4,49
Set.	7,91	4,40
Out.	6,94	4,13
Nov.	6,19	3,95
Dez.	6,21	3,95
2001 – Jan.	5,82	3,93
Fev.	6,19	4,13
Mar.	6,24	4,43
Abr.	6,89	4,82
Maio	6,89	4,95
Jun.	7,46	5,37
Jul.	6,88	5,33
Ago.	6,54	5,66
Set.	6,64	6,05
Out.	7,38	6,42
Nov.	7,86	6,87
Dez.	7,94	7,09

Fonte: IBRE/FGV.

Expectativas macroeconômicas do mercado

2002

Elena Soihet
Economista do IBRE/FGV
soihet@fgv.br

Pesquisa realizada entre os dias 4 e 9 de janeiro junto a 11 instituições financeiras.

	2002		
Projeção	*Otimista*	*Moderado*	*Conservador*
IGP-DI (%)	5,5	5,9	6,4
IPCA (%)	4,3	4,7	5,1
Variação do PIB (%)	2,7	2,3	1,9
Taxa Selic (média)	17,5	17,9	18,3
Taxa Selic (dezembro)	16,4	17,0	17,6
Taxa de câmbio (dezembro) (R$/US$)	2,53	2,57	2,60
Exportações (jan./dez.) (US$bilhões)	60,9	59,9	58,9
Importações (jan./dez.) (US$bilhões)	55,5	55,1	54,8
Saldo da balança comercial (US$bilhões)	5,4	4,8	4,1
Taxa de desemprego (IBGE)	6,5	6,8	7,1
Déficit em conta corrente (US$bilhões)	19,6	20,4	21,2
Déficit em transações correntes (% do PIB)	3,8	4,0	4,2
Superávit primário do setor público (% do PIB)	3,7	3,5	3,4
Déficit nominal do setor público (% do PIB)	3,9	4,6	5,2
Reservas internacionais líquidas (US$bilhões)	34,7	32,4	30,0
Investimento direto (US$bilhões)	17,9	16,8	15,6

Conjuntura razoável para um cenário externo ainda adverso

Segundo a pesquisa realizada em janeiro em 11 instituições financeiras é esperada uma conjuntura razoável para este ano, considerando-se que o quadro externo não é muito promissor. Em relação à pesquisa passada, as projeções revelam melhoras significativas, mostrando um cenário mais otimista.

Alguns fatos contribuíram para esse otimismo, como a evolução das contas externas (superávit da balança comercial de US$2,6 bilhões em 2001), o ótimo desempenho fiscal do governo (0,5% acima da meta prevista no início do ano), além da entrada de US$23 bilhões de investimentos diretos, o que surpreendeu o próprio Banco Central.

Esse fluxo foi significativo, já que no ano passado não houve privatizações importantes. As projeções de superávit da balança comercial e investimento direto aumentaram em relação à pesquisa anterior respectivamente US$100 milhões e US$1,5 bilhão. O dólar, que no cenário moderado apontava para dezembro de 2002 a cotação de R$2,68, nessa pesquisa caiu para R$2,57. A inflação ficará controlada em 2002. O IPCA deverá situar-se entre 4,3% e 5,1%, enquanto o IGP-DI entre 5,5% e 6,4%.

Expectativas mercado – Inflação	*Mar. 02*	*Abr. 02*
IGP-DI (%)	**0,41**	**0,43**
IPCA (%)	**0,31**	**0,36**

Quanto aos juros, acredita-se em uma posição ainda conservadora do BC e a Selic deverá reduzir-se gradualmente de 19% a.a. até atingir em dezembro uma queda de cerca de dois pontos percentuais. Com os juros ainda elevados e a economia mundial crescendo pouco, a perspectiva de um crescimento mais robusto deverá ser mais uma vez adiada. A economia americana e a européia cresceram em 2001 1% e 1,7% e o crescimento deverá continuar modesto este ano. Assim, como reflexo dos juros internos altos e da desaceleração da economia mundial, espera-se um crescimento da economia brasileira próximo a 2,3%, longe ainda de atingir os 4,5% de 2000.

Em relação aos fluxos internacionais, é esperada continuidade da redução dos juros internacionais, o que poderá se refletir em um maior volume de crédito para os mercados emergentes. No nosso caso, porém, ainda não estamos totalmente livres da instabilidade vivida pela economia argentina. O mercado pode ficar nervoso com as incertezas e uma nova alta do dólar não é totalmente descartada.



Luís Carlos Ewald
Professor dos Cursos Especiais da EPGE/FGV
lcewald@ig.com.br

NOSSO BOLSO

Um peso e duas, *ou mais*, medidas

Estamos em ano de eleições e isso mexe com nosso bolso, seja porque passa a existir uma tendência de mudança favorável na conjuntura econômica deste ano, seja porque nosso voto pode mudar a conjuntura dos anos futuros.

Também pode pesar no nosso bolso, a continuidade dos desperdícios dos governos de todos os níveis que, dadas as suas respectivas más ações e/ou omissões, aumentam o nosso custo de sobrevivência, nos dois sentidos, haja vista a desmesurada violência reinante no país...

O renitente comportamento desses governos, insistindo em se valerem da Lei de Gerson para levar vantagem sempre, ingenuamente pensando que estão enganando o povo, custa muito para a nação, pois maus exemplos geram imitações perversas.

Senão, vejamos: onde já se viu, ao baixarem os preços dos combustíveis, tamanha cara-de-pau igual à dos Estados, querendo aumentar a alíquota do ICMS para manter o mesmo valor arrecadado? O que diriam esses mesmos, se o oprimido-povo-contribuinte tentasse fazer o mesmo, não pagando mais valor de impostos, quando os preços subissem? Nessa questão, se de um lado os varejistas de combustíveis são acusados de práticas cartelizadas (nada além de *show off* do governo, de vez que o mercado é nitidamente concorrencial e o que mais importa para nosso bolso — e que o governo não faz — é o controle do combustível impunemente adulterado: quando se acha mais barato, o risco é grande...) enquanto o verdadeiro e vergonhoso cartel é esse patrocinado pelo Confaz.

Outra esperteza nua e crua: toda a economia foi desindexada, exceto pela manutenção da UFIR, um índice para arrecadação de tributos do Governo Federal, ao mesmo tempo que os famosos tetos de isenção do Imposto de Renda, tributo federal, ficaram congelados durante seis anos e, a duras penas e penadas, foram reajustados a fórceps na metade do percentual devido...

Outro descarado comportamento, corrente na administração pública: existe a tal da Lei de Responsabilidade Fiscal, para controle dos gastos dos governos em todos os níveis. Pois bem: os (ir)responsáveis botam impunemente a boca no mundo dizendo que não podem cumprir e continuam gastando, enquanto uns poucos probos administradores públicos são tratados como bobos por obedecerem...

Ao contrário dessa desrespeitosa camarilha, a moralidade para o governo já era pregada por Confúcio, o mais importante filósofo chinês, cinco séculos antes de Cristo, coerente com seu sentido de justiça: "Não faças aos outros o que não queres que façam a ti". Acreditando nos resultados práticos da vida moral, Confúcio julgava que as reformas só seriam efetivas se provenientes das classes mais altas e dos governos: se o governo fosse moral e sério, o povo iria imitá-lo. No campo social e político, as suas idéias tinham por base o que chamava "retificação das palavras", isto é, dar às coisas e instituições reais o verdadeiro sentido indicado por seus nomes. Assim, um certo número de atitudes deve ser assumido pelo soberano: deve agir segundo as responsabilidades que lhe são atribuídas pelo mandato, com um ministro da Justiça fazendo justiça, com a Polícia policiando, com um ministro do Desenvolvimento desenvolvendo e com governadores governando (ao invés de ficarem no governo fazendo política de seu interesse pessoal).

Tudo isso com uma das maiores cargas tributárias do mundo (34% do PIB!) e o resultado é o que se vê, ou também, o que não vê...

No entanto, seguindo a linha de raciocínio confucionista, pode-se dizer que ainda existe um nicho eleitoreiro ainda não explorado no nosso país, e que iria ao encontro dos desejos de todos os que ainda pensam que há esperança de mudança por meio do voto.

Que surja um candidato que venha a agir dentro da filosofia confucionista, que prega a prática de virtudes éticas na vida pública e privada: a benevolência, a moral, o caráter, a retidão e a justiça. Em resumo tupiniquim: dois pesos com a mesma medida.

O país irá agradecer. E o nosso bolso também.



Desempenho dos ÍNDICES

	FGV100	*FGV100-E*	*IBOVESPA*
No mês	5,54%	4,54%	5,00%
No ano	8,17%	3,92%	-11,02%
Em 12 meses	8,17%	3,92%	-11,02%

MÊS: DEZEMBRO 2001

	FGV100						*FGV100-E*					
DATA	FECHAMENTO		MÉDIO		MÁXIMO	MÍNIMO	DATA	FECHAMENTO		MÉDIO		MÁXIMO	MÍNIMO
	PONTO	%	PONTO	%	PONTO	PONTO		PONTO	%	PONTO	%	PONTO	PONTO
03.12.2001	141.821	2,17	140.344	1,40	141.894	138.096	03.12.2001	296.509	2,85	293.134	1,32	296.584	288.224
04.12.2001	140.193	-1,15	142.206	1,33	143.993	139.647	04.12.2001	291.901	-1,55	297.454	1,47	301.621	291.336
05.12.2001	142.599	1,72	141.152	-0,74	142.599	140.030	05.12.2001	296.803	1,68	294.871	-0,87	296.873	291.901
06.12.2001	143.987	0,97	143.213	1,46	144.484	141.674	06.12.2001	301.355	1,53	298.382	1,19	301.744	294.972
07.12.2001	142.351	-1,14	143.481	0,19	145.179	141.612	07.12.2001	297.695	-1,21	300.519	0,72	304.386	296.392
10.12.2001	144.350	1,40	142.901	-0,40	144.350	141.961	10.12.2001	299.851	0,72	298.175	-0,78	299.851	295.116
11.12.2001	143.464	-0,61	144.300	0,98	145.231	143.089	11.12.2001	297.836	-0,67	300.048	0,63	302.183	297.200
12.12.2001	145.339	1,31	143.810	-0,34	145.339	143.464	12.12.2001	301.744	1,31	298.804	-0,41	301.744	297.836
13.12.2001	142.433	-2,00	144.070	0,18	145.465	142.433	13.12.2001	292.460	-3,08	297.013	-0,60	302.149	292.460
14.12.2001	141.134	-0,91	141.113	-2,05	142.407	140.420	14.12.2001	286.673	-1,98	286.197	-3,64	292.483	283.866
17.12.2001	140.865	-0,19	141.039	-0,05	141.553	139.993	17.12.2001	285.161	-0,53	287.556	0,47	289.670	285.161
18.12.2001	144.316	2,45	142.943	1,35	144.617	140.865	18.12.2001	293.317	2,86	290.390	0,99	293.778	285.161
19.12.2001	143.512	-0,56	144.100	0,81	145.552	143.183	19.12.2001	290.587	-0,93	291.546	0,40	294.639	289.741
20.12.2001	140.517	-2,09	141.429	-1,85	143.512	139.315	20.12.2001	284.486	-2,10	286.265	-1,81	290.587	282.833
21.12.2001	144.480	2,82	142.751	0,93	144.608	140.517	21.12.2001	296.050	4,06	290.774	1,58	296.846	284.486
26.12.2001	144.807	0,23	144.389	1,15	144.807	144.152	26.12.2001	298.060	0,68	296.877	2,10	298.060	296.050
27.12.2001	148.351	2,45	147.528	2,17	148.716	144.807	27.12.2001	304.783	2,26	303.572	2,26	306.408	298.060
28.12.2001	146.506	-1,24	148.064	0,36	150.442	146.360	28.12.2001	301.370	-1,12	305.052	0,49	309.413	301.370

Metodologia e cálculo: Fundação Getulio Vargas — IBRE / CEAE. Fonte dos dados: Agência Estado / Broadcast.
O índice FGV100, calculado pela FGV, é composto de 100 ações de empresas privadas não-financeiras (FGV100-E: a composição é feita de forma semelhante ao FGV100 porém incluindo empresas estatais). Para informações adicionais: fgv100@fgv.br

Capitalização, *concentração* e rentabilidade

Luís Antônio Perdigão
Doutor em Economia pela EPGE/FGV
Uriel de Magalhães
Doutor em economia pela EPGE/FGV e pós-doutorado pela Universidade de Chicago
Colaboração de
Ozíride Manzoli Filho
Engenheiro com pós-graduação em análise de projetos pelo CETRED-CE

No setor de seguros, previdência privada aberta e capitalização, este último segmento tem se destacado como sendo o mais concentrado e, talvez por este motivo, o mais rentável nos últimos anos. Embora existam 23 empresas cadastradas na Susep, o mercado de capitalização é, na prática, operado por 18 empresas, número que vem se mantendo desde 1997. No acumulado até outubro de 2001, as cinco maiores empresas respondiam por 75,3% do total de prêmios e por 80,4% do total de provisões do segmento de capitalização, um alto índice de concentração.

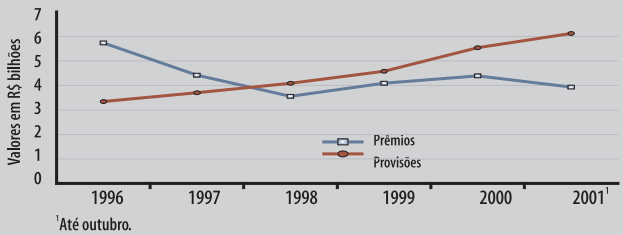
O aumento da concorrência, não apenas através de outros produtos envolvendo sorteios, mas, inclusive, representado pela profusão de fundos de aplicações financeiras e, em particular, pela oferta de novos produtos do setor como um todo, como a poupança previdenciária (englobando PGBLs, PAGPs e PRGPs), talvez seja o principal motivo para a redução de 23,4%, em termos nominais, do valor total de prêmios do mercado de capitalização entre 1996 (R$5.736 milhões) e 2000 (R$4.391 milhões). No acumulado até outubro de 2001, o valor total de prêmios ainda apresenta uma queda nominal de 10,5%, em relação ao ano de 2000, registrando R$3.931 milhões.

Mercado de capitalização
Valores em R$ mil

Capitalização		1996	1997	1998	1999	2000	2001[1]
Nº de empresas[2]		13	17	18	18	19	18
Prêmios	Valor	5.736.392	4.420.772	3.553.996	4.090.174	4.391.491	3.931.167
	Crescim. (%)	-	-22,9	-19,6	15,1	7,4	-10,5
Provisões	Valor	3.342.556	3.702.060	4.087.049	4.579.035	5.539.175	6.122.722
	Crescim. (%)	-	10,8	10,4	12,0	21,0	10,5

Fonte: Susep – Fip da capitalização.
[1]Acumulado até outubro.
[2]Número de empresas que apresentaram valores de prêmios ou provisões

Evolução do mercado de capitalização no Brasil

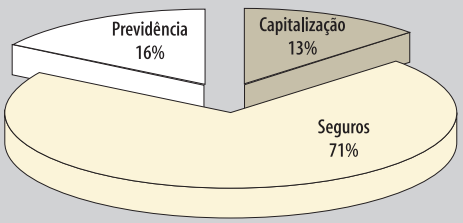


Contribuições e prêmios do setor
Valores em R$ mil

Anos	Previdência privada aberta[1]		Prêmios totais de seguros		Prêmios, capitalização		Total
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	
2000	5.378.329	16,4	22.989.012	70,2	4.391.491	13,4	32.758.832
2001[2]	7.478.905	24,1	19.595.818	63,2	3.931.167	12,7	31.005.890

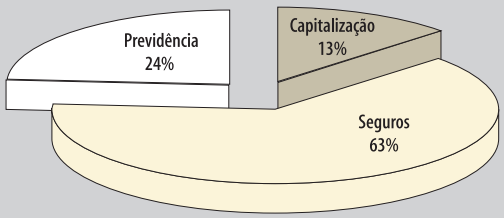
Fonte: Boletins da Susep.
[1]Entidades abertas de previdência privada com e sem fins lucrativos e seguradoras.
[2]Acumulado até outubro.

Distribuição das receitas em 2000



Apesar dessa queda na arrecadação, as provisões totais das empresas de capitalização têm apresentado crescimentos nominais positivos, e sempre acima de 10%, em todos os exercícios, o que sugere uma ampliação dos prazos de resgates dos planos vendidos. De dezembro de 1996 a outubro de 2001, o crescimento acumulado das provisões das empresas

Distribuição das receitas em 2001 (até outubro)



de capitalização registrou a marca de 83,2%, em termos nominais.

Considerando a atuação da Susep, que abrange seguros, previdência privada aberta e capitalização, as receitas de prêmios e contribuições estão assim distribuídas:

Se tomarmos o número de empresas que atua em cada segmento, verificamos que o de capitalização é o que tem a maior receita por empresa:

Receitas por empresa
Valores em R$ mil

Anos	Previdência[1]	Seguros[2]	Capitalização[3]
2000	68.952,9	175.488,6	243.971,7
2001[4]	95.883,4	149.586,4	218.398,2

Fonte: Boletins da Susep.
[1]30 entidades abertas de previdência privada sem fins lucrativos, 3 com fins e 45 seguradoras.
[2]131 seguradoras.
[3]18 empresas de capitalização.
[4]Acumulado até outubro.

Muito embora respondam por apenas 13% das receitas do setor, as provisões das empresas de capitalização representaram 21,4% em dezembro de 2000 e 20,1% em outubro de 2001 do total de provisões dos três segmentos, conforme se verifica na tabela a seguir.

Provisões técnicas do setor
Valores em R$ mil

Anos	EAPPs[1]		Seguros		Capitalização		Total
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	
2000	2.081.216	8,0	18.249.024	70,5	5.539.175	21,4	25.869.415
2001[2]	2.700.086	8,9	1.645.751	71,0	6.122.722	20,1	30.468.559

Fonte: Boletins da Susep.
[1]Entidades abertas de previdência privada com e sem fins lucrativos.
[2]Acumulado até outubro.

O que mais surpreende, entretanto, é o desempenho das empresas de capitalização, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. São empresas com um alto índice de capitalização (36%, em dez./2000, e 33%, em out./2001), embora a maior parte do patrimônio líquido esteja imobilizada (97%, em dez./2000, e 85%, em out./2001), elevadas rentabilidades, medidas pelo lucro líquido sobre o patrimônio líquido (21,9%, em 2000, e 22%, no acumulado até out./2001), indicadores de liquidez sempre acima da unidade e reduzidos percentuais de despesas administrativas sobre receitas líquidas (10,2%, em 2000 e 17,8%, no acumulado até out./2001), entre outras virtudes.

Comparando-se com os outros segmentos do mercado de seguros, verifica-se a supremacia das empresas de capitalização: elas responderam por 28,4% (em 2000) e por 29,9% (até outubro de 2001) do total do lucro líquido do setor e alcançaram, sempre, as maiores taxas de rentabilidade, medidas sobre os patrimônios líquidos respectivos, conforme se verifica nas tabelas a seguir:

Lucro líquido do setor
Valores em R$ mil

Anos	EAPPs[1]		Seguros		Capitalização		Total
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	
2000	60.984,7	2,2	1.885.436,4	69,4	770.167,0	28,4	2.716.588
2001[2]	52.978,6	2,2	1.653.285,5	67,9	729.394,2	29,9	2.435.658

Fonte: Boletins da Susep.
[1]Entidades abertas de previdência privada com e sem fins lucrativos.
[2]Acumulado até outubro.

Rentabilidade – lucro líquido sobre o patrimônio líquido (%)

Anos	EAPPs[1]	Seguros	Capitalização
2000	11,1	16,8	21,9
2001[2]	8,7	12,7	22,0

Fonte: Boletins da Susep.
[1]Entidades abertas de previdência privada com e sem fins lucrativos.
[2]Acumulado até outubro.

Resta saber por quanto tempo as empresas de capitalização vão conseguir manter esse desempenho. Os desafios são grandes, não apenas pela enxurrada de novos produtos, incorporando sorteios em sua configuração, como, ainda, porque o mercado (de capitais e de seguros, especificamente) tem sido muito agressivo na criação de produtos novos e mais atrativos, indo desde os mais variados tipos de fundos de investimento, que atendem a quase todos os perfis de tolerância relativa ao risco, até aos mais criativos instrumentos de poupança de natureza previdenciária, inclusive os recém-lançados seguros com cobertura por sobrevivência, que são fortes concorrentes potenciais aos títulos de capitalização.

Acreditamos que os principais pontos fracos na capitalização são as baixas rentabilidades das aplicações, aliadas a prazos relativamente longos de indisponibilidade dos recursos e, ainda, à ausência de qualquer benefício fiscal. As empresas terão de ser muito criativas para oferecer compensações que permitam evitar a migração de seus clientes ou, o que é mais difícil, atrair novas fatias de participantes para esse mercado.

Estudo elaborado pelo Centro de Desenvolvimento de Seguros e Previdência Privada da Escola de Pós-Graduação em Economia (CDSP/EPGE/FGV), sob a coordenação geral de Uriel de Magalhães.

Pensar *estrategicamente*

Luiz Fernando da Silva Pinto
Especialista em Gestão Estratégica
consulte@mtec.com.br

Com a queda do Muro de Berlim (1989), surge em ritmo extraordinário uma nova era, batizada de era da produtividade, em substituição à era da experiência, resultado da interação da produtividade com uma velocidade quase inacreditável, combinando conhecimentos de vários universos com rapidez digital.

Inúmeras conquistas surgem, multiplicando-se resultados que são velozmente disponibilizados para utilização pela sociedade. Assim, a globalização pode ser caracterizada como um processo radical de mudanças rapidíssimas e irreversíveis nos planos econômico, financeiro, político, institucional e cultural. Nesses cenários a globalização vem acarretando mudanças extraordinárias no processo de gestão, desde a forma de agir até fusões, cisões e incorporações.

O Processo Estratégico vem expandindo a sua importância após a queda do Muro de Berlim, transformando-se no principal instrumento de acompanhamento das mudanças nos universos econômico, financeiro e até mesmo social. Quem não detiver competência estratégica, com certeza, pagará um preço altíssimo!

Um processo estrategicamente rico baseia-se em dois pilares fundamentais: pensar estrategicamente e agir estrategicamente. O pensar estrategicamente liga-se à questão da maturidade estratégica e o agir estrategicamente vincula-se ao domínio e à realização de providências táticas e trabalhos de planejamento estratégico. Esse é, em síntese, o desafio das pequenas, médias e grandes empresas — além de regiões, setores etc.: a busca da competência estratégica. É o desafio de todos! Até mesmo de famílias e pessoas.

O desafio estratégico de nossa época é fazer com que empresas, corporações e instituições pensem e ajam estrategicamente como um todo. Não se trata mais de realizar planejamento estratégico unicamente no vértice das organizações. O grande desafio é fazer com que a consciência estratégica atinja toda a organização. Gary Hamel, um dos maiores gurus da atualidade em estratégia, vem sublinhando que a participação da "gerência-média" no processo estratégico é essencial e vital para a gestão integrada das corporações.

Provavelmente as mobilizações corporativas se basearão na utilização de comitês não só horizontais como também verticais — no exemplo do *workout* de Jack Welch, instrumento que desempenha dois papéis principais: no primeiro, a mobilização de pessoas em "cortes" verticais da organização e, no segundo, os comitês dos cortes verticais se transformam em mesas de ação estratégica, direcionando os seus resultados para o

Uma questão de bom senso

O Processo Estratégico convive com a história do homem há milhares de anos. Os escritos de Sun Tzu, datados de 500 anos antes de nossa era, constituem uma prova cabal de que se trata de um exercício de planejamento vivenciado há dezenas de séculos. Outras obras fundamentais relacionam-se a esse tema, como O Livro dos Cinco Anéis, de Myamoto Musashi; O Príncipe, de Maquiavel; e, entre outros, o Da Guerra, de Clausewitz.

Não se pode afirmar, portanto, que a estratégia é um instrumental novo de gestão. Ao contrário, as conquistas marítimas de Portugal no Século XV, bem como o projeto de São Petersburgo do czar Pedro, o Grande, materializam construções estratégicas de espantosa modernidade. Mais recentemente as ações de Henry Ford, Konosuke Matsushita, Alfred Sloan Jr., Lee Iacocca e Jack Welch são exemplos concretos do mesmo arrojo estratégico.

Qual seria a razão do Processo Estratégico tornar-se cada vez mais importante nos dias de hoje? A velocidade de mudança em todos os planos. Há 20, 30 anos a estratégia já poderia ser caracterizada como um instrumento de gestão entre os muitos disponíveis para os condutores do *management* empresarial e institucional, porém não muito utilizado naquele momento, à exceção dos governos, dos estudos militares, das secretarias de defesa e similares.

vértice da pirâmide. Lá serão priorizados e transformados em ações estratégicas, sendo a seguir "processados" taticamente para a busca de seus alvos respectivos, em regime de atento monitoramento.

O grande desafio do processo estratégico no Brasil é provocar uma nova mentalidade nas estruturas empresariais e institucionais, fazendo com que as mesmas "respirem" e "percebam" estrategicamente o mundo. Estimamos que pelo menos cerca de 20 mil organizações públicas e privadas brasileiras vão precisar expandir cada vez mais as suas competências estratégicas, capacitando-se cada vez mais para o processo de globalização. Essa mudança de mentalidade só será viável com o apoio decidido das áreas de Recursos Humanos (RH), através de cursos, palestras, seminários e desenvolvimento de projetos especiais.

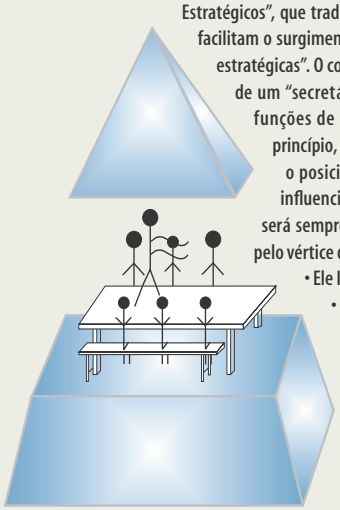
É pouco provável que uma revolução estratégica possa ser efetuada em nosso país sem o apoio das áreas de RH. Admitindo-se que pelo menos 20 pessoas tenham de ser preparadas por organização para pensar e agir estrategicamente, numa primeira fase teríamos uma população-alvo de 400 mil pessoas a serem treinadas.

Sem dúvida alguma esse será um dos maiores desafios da nossa inteligência empresarial e institucional. Se isso não ocorrer, teremos dificuldades em ser competitivos e acompanhar o curso dessa Nova Era de encadeamentos de produtividade: "a eridade".

A PRESENÇA DOS COMITÊS ESTRATÉGICOS NAS PIRÂMIDES ORGANIZACIONAIS

A pirâmide simboliza a organização, empresa, instituição...

Não existe, a rigor, um indivíduo estratégico no âmbito de uma Corporação. Existirão "Comitês Estratégicos", que traduzem a combinação de talentos especiais que facilitam o surgimento de competências agregadas: "inteligências estratégicas". O comitê geralmente não terá um chefe, dispondo de um "secretário executivo" que eventualmente exercerá funções de um facilitador. A votação será sempre, em princípio, democrática e com voto velado, evitando que o posicionamento final através de expressão verbal influencie os outros componentes do grupo. O comitê será sempre observado pela alta gerência (representada pelo vértice da pirâmide):

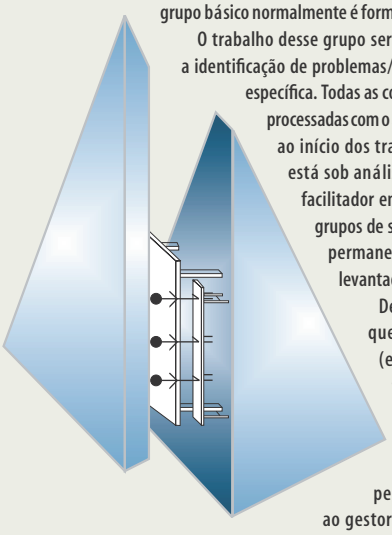


- Ele Interage com seus pares;
- Ele Interage com os subordinados (representados pela base da pirâmide);
- Ele Interage com o governo e a sociedade;
- Ele Interage com um elemento externo, quando necessário, que é o consultor.

Durante sua atuação, o Comitê poderá levar em consideração toda a "Família Corporativa", que é composta por aqueles que estão a montante (fornecedores) e aqueles que estão a jusante (consumidores) além do próprio núcleo central da Corporação. Para a montagem de um Comitê Estratégico, a pirâmide será cortada onde se verificar um tema em foco/discussão. Ela poderá ser "cortada" horizontalmente "corte clássico" ou verticalmente ("corte" *workout* de Jack Welch).

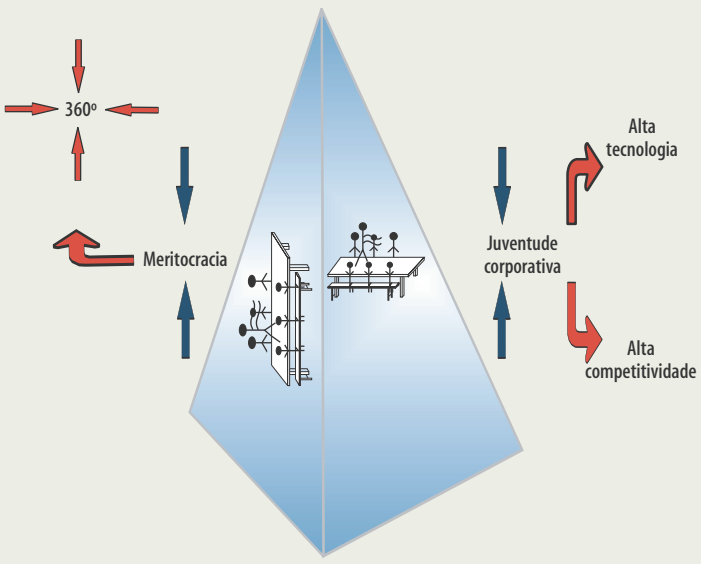
O WORKOUT DE JACK WELCH

O *Workout* de Jack Welch efetiva o posicionamento desse comitê num corte vertical da pirâmide. Neste tipo de comitê participam representantes de toda a cadeia hierárquica da empresa, desde a gerência que será avaliada (que pode situar-se em qualquer nível da pirâmide), até a base. O grupo básico normalmente é formado por até 60 pessoas.



O trabalho desse grupo será desdobrado em comitês buscando a identificação de problemas/possibilidades situados em uma área específica. Todas as colocações feitas durante o *workout* são processadas com o apoio de um facilitador. Posteriormente ao início dos trabalhos, o gestor-maior da área que está sob análise afasta-se do processo (debate). O facilitador então reestrutura os colaboradores em grupos de seis a oito pessoas os quais, em média, permanecem três dias discutindo os assuntos levantados e posicionados.

Dessa discussão é gerado um relatório que será debatido com o gestor-maior (então retornando ao processo). Esse trabalho com certeza será também enviado para o vértice da pirâmide (alta gerência). As informações constantes do relatório são despersonalizadas, ou seja: elas chegam ao gestor-maior e à alta gerência sem que se identifique as pessoas (ou pessoa) que as idealizaram. Trata-se de um "garimpo" de oportunidades e ameaças, além de conselhos/sugestões/observações para a sustentação de posições já conquistadas e neutralização dos efeitos de eventuais crises internas ou externas.



PIRÂMIDE DE JACK WELCH

Ao lado apresenta-se a Pirâmide de Jack Welch (a denominação é nossa), que se caracteriza por uma grande juventude corporativa, alta tecnologia, alta competitividade e um sistema de meritocracia. Trata-se de uma pirâmide com notável competência estratégica.

Com essas condições essa pirâmide estará sempre preparada para ser "cortada" vertical e horizontalmente para que sejam montados os Comitês necessários ao desafio estratégico. Outras Pirâmides organizacionais, energizadas de modo diferenciado, deverão estar preparadas para serem também cortadas horizontal ou verticalmente.

A presença de comitês é essencial ao desenvolvimento de todo o processo estratégico. Eles são "canteiros inteligentes" de sinergia estratégica.



MARCO AURÉLIO FERREIRA VIANNA

O *paradoxo* do enfartado

Pode não ser um dado oficial fruto de uma pesquisa acadêmico-científica, mas inúmeros amigos e conhecidos da área médica declaram como grande absurdo o que ocorre no campo das doenças cardiovasculares. Segundo essas informações, 99% das pessoas enfartáveis — aquelas com altos fatores de risco — mesmo depois de alertadas, continuam sua vida sedentária, sem regras saudáveis nos hábitos pessoais e sem fazer exercícios físicos. Uma única alegação: falta de tempo. Estas mesmas fontes informam que, por mais curioso (ou tenebroso) que possa parecer, cem por cento dos enfartados, logo que sua recuperação médica permite, começam um intenso programa de caminhadas, exercícios físicos e, claro, uma mudança radical para melhorar seus hábitos de vida.

Recentemente, conversando com o vice-presidente de uma importante organização, trocávamos idéias sobre o assunto: visão de curto prazo *versus* visão de longo prazo. Foi quando nasceu a inspiração para escrever este texto.

A semelhança do exemplo de pessoas físicas acima relatadas com as organizações é absolutamente vigorosa. De forma genérica há uma compulsão atávica (no plano antropológico, se quiser até no inconsciente coletivo junguiano) de se privilegiar o curto prazo nas organizações, em detrimento do pensamento de longo prazo.

Há um paradigma, principalmente na cabeça dos líderes, no seguinte formato: "se temos dinheiro hoje, estamos garantidos para o resto da vida." Por mais que consultores alertem sobre fatores de riscos de vida para sua organização, novos hábitos à semelhança dos relatados nos casos das doenças cardiovasculares, não só não são assumidos como são execrados de maneira veemente. Em pesquisas junto a mais de dez mil empresários e executivos, concluiu-se que a maioria absoluta destes comandantes de organizações determina que o maior e único objetivo de uma empresa é o lucro. É importante lembrar que quando se quer maximizar o lucro, determina-se taxativamente a maximização de receitas e a minimização de custos. Encantamento de clientes, excelência nos serviços, preços justos, desenvolvimento de pessoas, investimentos em tecnologia, educação corporativa, responsabilidade social — todos fatores críticos de sucesso na empresa visionária — viram decisões antagônicas, que se chocam com a volúpia financeira de curto prazo.

Uma empresa para entrar na categoria de feita para durar, visionária, longeva, triunfadora, tem de pensar de maneira mais nobre. Arie de Geus, em seu brilhante estudo A Empresa Viva indica como principais atributos de longevidade — que eu prefiro chamar de desenvolvimento estratégico sustentável — "o comprometimento com a sobrevivência de longo prazo" e a "valorização do lucro como necessário, mas não como propósito".

É sempre importante lembrar que 70% das maiores empresas dos EUA, de 20 anos atrás, listadas pela revista *Fortune*, não fazem mais parte dessa seleção. Números semelhantes são atingidos nas pesquisas sobre organizações no Brasil. Jack Welch, considerado o grande líder do momento, coloca, formalmente, prioridades iguais para o desempenho de curto prazo e para os valores que dão a sustentação no longo prazo.

Não se pode indicar somente a cultura e o modelo mental como culpados desse erro grave. Os processos de remuneração e reconhecimento nas organizações privilegiam em sua quase totalidade a visão de curto prazo. Há poucos anos, fazendo a "autópsia" de uma organização que havia quebrado, depois de conversar com quase dez executivos de alto nível pude concluir que mais que em erros estratégicos, a empresa havia naufragado porque todo o seu esquema de compensação para o topo da pirâmide priorizava tão-somente o curto prazo. Resultado: executivos ricos, empresa quebrada.

Por isso é importante voltar a Arie de Geus e criar formalmente um comprometimento de toda organização visando a sua sustentabilidade. Nossa missão não é maximizar o lucro nos próximos dois ou três anos. Nossa missão maior é garantir o crescimento e desenvolvimento de uma organização por um período mais longo. Essa atitude tem de estar escrita, assimilada, disseminada, alimentada e também reconhecida — como prêmio ou castigo. Caso contrário, a empresa se deteriora para o conceito de país-colônia onde seus colonizadores, em vez do objetivo de criar uma grande nação, simplesmente querem extorquir, retirar, depredar. Nesse caso, dentro da realidade das organizações brasileiras, não é suficiente quebrar os paradigmas. Temos é de arrebentar esse paradigma destruidor.

Presidente do Instituto MVC – Estratégia e Humanismo
mvcmav@uninet.com.br



JOÃO BAPTISTA VILHENA

Responsabilidade social Vale a pena investir?

A entrada no Século XXI não livrou a sociedade brasileira de velhos desafios: diminuir a desigualdade socioeconômica, garantir o acesso universal aos serviços de educação e saúde, proteger os direitos de expressão das minorias e eliminar formas de trabalho obsoletas, como a escravidão, são apenas alguns. Nesse cenário, os agentes políticos, econômicos e sociais assumem uma nova postura.

O governo e os agentes públicos, cada vez mais conscientes de suas dificuldades em garantir a oferta adequada de bens sociais, aliam-se às organizações privadas sem finalidade lucrativa (ou organizações não-governamentais, ONGs) visando garantir o desenvolvimento de ações sociais mais efetivas.

As ONGs assumem sua parte nessa aliança. Como se encontram mais próximas da sociedade — e conseqüentemente de seus problemas —, são capazes de diagnosticar com maior precisão as ações sociais que devem ser implementadas. Como não estão subjugadas aos entraves burocráticos do setor público, desenvolvem sistemas de gestão mais modernos e flexíveis.

Finalmente, as empresas assumem sua responsabilidade pelo desenvolvimento social positivo e implantam ações voltadas para tal fim. A Pesquisa Ação Social das Empresas do Sudeste, desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 1999, com 1.315 empresas, revelou que 68% das empresas realizaram ações sociais para a comunidade em 1998 e que 63% realizaram ações sociais para seus empregados.

Ao agregar esses dados, a pesquisa mostrou que em 45% dos casos os beneficiados das ações sociais das empresas foram a comunidade e os empregados, em 22% dos casos, somente a comunidade foi beneficiada, em 17% dos casos, somente os funcionários e apenas 16% das empresas não realizaram ação social.

Mas, se o objetivo das empresas é o lucro, vale a pena investir em ações de cunho social? Em primeiro lugar, o lucro não é um objetivo, mas sim uma necessidade da empresa. Se ela passar vários períodos sem obter lucro, ou fecha as portas ou os investidores retiram seu capital, o que leva à mesma situação. Em segundo lugar, ter o lucro como principal objetivo da empresa é vazio e não dá sentido de direção para as suas ações. Afinal, o lucro pode ser obtido de muitas maneiras, às vezes tortuosas e efêmeras. Em terceiro lugar, o lucro representa uma aspiração típica dos proprietários ou acionistas da empresa, que com ele terão remunerado seu capital investido.

Porém, as empresas têm outros agentes interessados em sua atuação e com outras aspirações: seus funcionários, seus clientes, a comunidade. As empresas devem atender também a essas aspirações para que possa sobreviver e se perpetuar. São objetivos, digamos, mais nobres, já que fazem parte de um sistema complexo onde fazem constantes trocas de recursos e energias. A manutenção desse sistema é condição necessária para sua sobrevivência.

Mais do que isso, no atual ambiente de mercado — cada vez mais competitivo — as ações de responsabilidade social podem representar fontes de vantagens competitivas para as empresas. Entre outros aspectos, podemos citar maior valor agregado à imagem da empresa, à marca e aos produtos e serviços. A empresa passa a ser mais admirada pelos consumidores atuais e potenciais e pela comunidade, que desenvolvem atitudes favoráveis em relação aos seus produtos e serviços. Em muitos casos, a decisão de compra pode ser definida a partir dessa atitude.

Os funcionários também percebem que trabalham para uma empresa que se preocupa com o bem-estar social e onde podem ampliar a sua cidadania e ficam mais motivados, melhoram seu desempenho, o que é fundamental em um mercado competitivo.

As empresas que investem em ações sociais passam ainda a ser mais admiradas pelos empregados em potencial. As pessoas desejam trabalhar em organizações desse tipo. Conseqüentemente, são mais capazes de atrair melhores funcionários. Além disso, ao se aproximar da comunidade, as empresas tornam-se mais aptas a obter informações e conhecimentos sobre os clientes e o mercado e sobre si própria. As atividades de cunho social também funcionam como locais de aprendizado para seus funcionários em assuntos como liderança, trabalho em equipe e alocação de recursos.

Coordenador do MBA em Gestão Estratégica de Serviços da FGV
crvilhena@gbl.com.br



Social S.A.

Credibilidade que dá lucro

André Boudon
Especial para *Conjuntura Econômica*

No cenário empresarial gestões voltadas para o desenvolvimento de programas sociais se transformaram em uma questão estratégica, tão importante para o desempenho das empresas quanto os resultados financeiros de seus relatórios anuais. Adotar o conceito de boa cidadania corporativa – ou de responsabilidade social – é conseqüência imediata dos anseios do mercado, que ao longo da última década vem exigindo mudanças no modo como as corporações fazem negócios e se relacionam com o mundo.

A cobrança da sociedade é uma reação ao poder conquistado pelas grandes corporações ao longo das últimas décadas. As empresas — sobretudo as privadas — geram empregos e conhecimento, dominam tecnologia, criam novas técnicas de gestão, dispõem de capital e concentram talentos extraordinários. Por tudo isso, o mundo corporativo tem um papel fundamental na comunidade em que se insere, sendo responsável pela preservação do meio ambiente e por estabelecer novos parâmetros de qualidade de vida. Em países como o Brasil, que possuem uma significativa parcela de sua população sem acesso a serviços básicos como educação e saúde, as ações de cidadania corporativa são essenciais para reduzir as desigualdades sociais.

Nesse novo ambiente, os interesses dos acionistas dividem espaço com os anseios da sociedade. É para esse grupo que a empresa tem de gerar valor. Com o aumento brutal da competitividade gerado pela globalização, as empresas precisam estar atentas para as novas atribuições que devem assumir perante a opinião pública. Promover o bem-estar social será um fator determinante para o sucesso nos negócios.

"A companhia socialmente responsável deve estar atenta às necessidades de todos os elementos que contribuem decisivamente para o seu êxito: acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente. A empresa de sucesso precisa incorporar todas essas demandas ao planejamento de suas atividades", explica o

presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Oded Grajew.

O Instituto reúne, no Brasil, 453 empresas associadas, cujo faturamento somado é de cerca de R$ 250 bilhões – o equivalente a 25% do PIB nacional. O Ethos é parceiro do *Business For Social Responsability*, organização americana que congrega 1,8 mil associados que faturam, juntos, cerca de US$ 1,6 trilhão. Ao iniciar suas atividades, em 1998, o Instituto teve participação ativa na adoção, pelas companhias, da nova filosofia voltada para a área social. "As empresas já faziam investimentos sociais, embora o conceito de cidadania corporativa ainda fosse confundido com filantropia. Hoje, a responsabilidade social é parte integrante das estratégias de gestão empresarial", comemora Grajew, que também é presidente do Conselho de Administração da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança.

Fazendo o dever de casa

Mas não são apenas as ações externas que tornam as empresas exemplos de boa cidadania corporativa. Antes disso, é essencial traçar estratégias que promovam a melhoria das relações de trabalho entre os funcionários. Essa é a missão do Instituto *Great Place to Work*, entidade fundada em São Francisco (EUA) e que atua no Brasil avaliando as ações que visam ao bem-estar social de seu quadro funcional.

"O primeiro passo para a implementação de um programa de responsabilidade social é gerar satisfação interna. O sucesso de qualquer ação depende do comprometimento dos funcionários, o que só pode ser alcançado a partir da transparência nas relações profissionais", diz o presidente do Instituto, Alceu Amoroso Lima Filho.

Para medir o sucesso das companhias brasileiras, o *Great Place to Work* elaborou um *ranking* anual em que classifica as 100 melhores empresas para se trabalhar no país. A pesquisa abrange mais de 370 empresas, ficando de fora as que tenham menos de 200 funcionários e cinco anos de atividade. A avaliação é feita com base nas respostas dos funcionários a questionário elaborado pelo Instituto. Com as respostas obtidas, é traçado o perfil da empresa, a partir de critérios como transparência, confiança, solidariedade, credibilidade, respeito e justiça.

O cruzamento dos dados obtidos com a pesquisa e o desempenho fiscal das empresas comprovam que a satisfação dos empregados contribui diretamente para o sucesso das empresas. "As 100 melhores empresas apresentaram as maiores rentabilidades sobre o patrimônio líquido, mostrando que o bem-estar é um componente vital para se obter bons resultados", conta Lima Filho.

O PRIMEIRO PASSO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL É GERAR SATISFAÇÃO INTERNA

Mas o bom desempenho financeiro é apenas mais um indicador que comprova o sucesso das políticas adotadas por essas empresas. As vantagens obtidas no campo institucional são mais difíceis de ser mensuradas, embora não tenham menos importância que os resultados expressos nos relatórios anuais. "Uma empresa que zela pela qualidade de vida angaria o carinho e o respeito de seus trabalhadores. E não existe ferramenta de *marketing* mais eficiente que a satisfação dos funcionários", destaca Lima Filho. Segundo ele, essas companhias recrutam com mais facilidade novos talentos, selecionam os melhores profissionais, reduzem a rotatividade dos funcionários e elevam sua produtividade.

Para Grajew, a implementação de programas que promovem o estreitamento das relações entre os funcionários é essencial para o sucesso de qualquer ação social. E vai além, criticando as empresas que não buscam a qualidade no trabalho. "Não é recomendável que uma corporação tente ocultar os problemas internos lançando projetos sociais externos. Essa é uma estratégia suicida. Antes de olhar para fora, é necessário fazer o dever de casa, mapear as necessidades dos funcionários, conquistar seu apoio. Dificilmente uma ação social será bem-sucedida se não contar com a participação ativa dos empregados", alerta. O estabelecimento de padrões éticos é, para Grajew, outro fator fundamental para o sucesso das políticas de cidadania corporativa. "De nada adianta a empresa traçar um grande projeto social, tendo em vista apenas o retorno de imagem institucional. Responsabilidade social não é ferramenta de *marketing*."

Voluntariado

Entre os inúmeros projetos sociais implementados pelo empresariado brasileiro, os que são baseados no voluntariado corporativo apresentam os resultados mais positivos. Apostar na colaboração dos funcionários e incentivá-los a doar parte de seu tempo e de suas habilidades em prol do bem-estar da comunidade vem se transformando em um diferencial para o mundo corporativo. "O voluntariado eleva as possibilidades de sucesso dessas ações", afirma Lima Filho.

Pessoas treinadas para seguir normas de excelência e perseguir resultados podem colocar em prática qualidades desenvolvidas no ambiente corporativo: comunicação, criatividade, capacidade de alocar recursos e de trabalhar em equipe. Para eles, ter a oportunidade de contribuir diretamente para o bem-estar social gera algo que qualquer empresa moderna e responsável busca proporcionar: satisfação pessoal e motivação verdadeira para o trabalho. Só isso seria o suficiente para que as empresas apostem em programas de voluntariado.

Mas, além da satisfação gerada no corpo de funcionários, existe o ganho de imagem perante a comunidade assistida.

O presidente do *Great Place to Work* acredita que o sucesso dos programas de voluntariado é mais uma prova clara da importância que a transparência e a ética nas relações corporativas têm para a implantação de estratégias de responsabilidade social. A empresa que não está sintonizada com as necessidades de seus funcionários não terá condição de arregimentá-los em projetos voluntários.

As áreas de atuação são distintas, mas os objetivos são os mesmos: contribuir para o desenvolvimento social, proteger o meio ambiente e garantir melhores condições para seus funcionários. Esse é o perfil de cinco empresas que abraçaram, com sucesso, o compromisso de implementar uma filosofia de responsabilidade social.

Companhia Siderúrgica Nacional

Criada em 1961 com o objetivo inicial de desenvolver programas sociais e de defesa do meio ambiente, a Fundação CSN adotou uma filosofia realizada na educação para o trabalho. Ao todo, a entidade mantém 11 projetos – desde a educação técnica até a musical – implementados em todas as regiões onde a CSN está presente. Em Volta Redonda (RJ) – sede da empresa – a Fundação mantém a Escola Técnica Pandiá Calógeras e núcleos de Educação Ambiental, Saúde Oral, Esportes, Lazer e Cultura. Além disso é responsável pela conservação da Floresta da Cicuta – reserva florestal com 131 hectares de Mata Atlântica.



Na cidade de Congonhas (MG), a empresa financia o Centro de Educação Tecnológica General Edmundo Macedo Soares e Silva (CET), que oferece uma série de cursos profissionalizantes. Na área cultural, destaca-se projeto CSN In Concert, que visa educar o cidadão através da música. Para assistir aos concertos, o público contribui com alimentos e roupas, que são repassados a entidades selecionadas pela Fundação. Na área ambiental, a CSN desenvolveu, no estado, o projeto "É de Lei", que inclui a preservação da Reserva de Corumbá, no município de Arcos.

Para manter todos esses projetos em atividade, a Fundação possui uma verba de R$ 11 milhões. A valorização da imagem da CSN é a principal vantagem obtida com as atividades sociais. "O retorno para a empresa é muito positivo. Contudo, o mais importante é gerar benefícios para a comunidade, que podem ser medidos a partir do impacto gerado por essas ações na vida da população", afirma o presidente da Fundação CSN, Matheus Cotta de Carvalho.

Grupo Votorantim

Em 2001 os investimentos do grupo Votorantim em ações sociais foram de R$36 milhões, excluídos os valores relativos a salários, impostos e benefícios trabalhistas. A empresa destinou 46% dessa verba em ações internas e 54% foram dirigidos a programas externos, indicando a preocupação da empresa com as diferentes demandas sociais que necessita atender.

Do total dos recursos dirigidos aos projetos de cidadania corporativa, a Votorantim aplicou 33,1% em meio ambiente, 16,4% em saúde, 16,2% em cultura, 11,3% em educação, 8% em integração e 8% em alimentação.

O compromisso da Votorantim com a educação é expresso na manutenção de três escolas. Em Sobral (CE), Paulista (PE) e Rio Branco do Sul (PR), que garantem o atendimento pré-escolar e de ensino médio, favorecendo 1,2 mil alunos, filhos de colaboradores e pertencentes às comunidades locais. As três escolas receberam no ano passado uma verba de R$900 mil. O grupo também firmou parceria com o Canal Futura, apoiando projetos educacionais em escolas na região Sul do país.

Xerox do Brasil

A empresa mantém um eficiente programa de voluntariado. Os funcionários que desejam participar das "células solidárias" – denominação dos grupos de ação social – são dispensados de

suas funções e têm total liberdade para formular e encaminhar projetos para apoio financeiro.

Mas a "menina dos olhos" da Xerox é a Vila Olímpica da Mangueira, um dos mais prestigiados programas sociais implementados no país ao longo da última década. "O sucesso da Vila Olímpica é a prova de que os funcionários precisam se identificar com os projetos de ação social. Caso haja essa sintonia, a empresa consegue manter a fidelidade de seu quadro e ainda atrair novos talentos", destaca o diretor de Assuntos Corporativos da Xerox, José Pinto Monteiro.

Alcoa Alumínio

O desenvolvimento de ações, benefícios e programas voltados à qualidade de vida e excelência profissional é a base da estratégia social da Alcoa no Brasil. Através da Universidade Alcoa, a empresa realizou no ano passado 5,5 mil programas de ação social, totalizando um investimento de R$3 milhões. Os números constam dos balanços Social e de Responsabilidade Social, publicados pela Alcoa em janeiro e distribuídos a dez mil pessoas, entre funcionários e representantes das comunidades beneficiadas com os projetos sociais.



Na área ambiental, a companhia investiu mais de R$19 milhões em diferentes projetos no período entre 1988 – ano em que iniciou suas atividades no Brasil – e 2000. Dentre eles, destaca-se o programa "Um Milhão de Árvores", que conta com o trabalho voluntário de seus funcionários, que fizeram o plantio de cerca de 200 mil mudas. Projetos de saúde e segurança consumiram cerca de R$ 11 milhões.

Paralelamente, a empresa criou, em 1990, o Instituto Alcoa, que recebe verba da *Alcoa Foundation*, entidade sem fins lucrativos sediada nos EUA. Somente no ano passado, a filial brasileira recebeu um aporte de capital de US$1,7 milhão, destinado a 90 projetos e ações comunitárias, selecionados e aprovados a partir de sugestões encaminhadas pelos funcionários.

— Não há mais espaço para as empresas que não investem na área social – conta a presidente do Instituto, Suzana Sheffield. Para ela, a adoção de programas de responsabilidade social reflete o grau de maturidade e comprometimento da companhia com a sociedade.

A luta para desenvolver projetos bem-sucedidos foi árdua. "Erramos, acertamos e revimos nossa atuação em diversas ações sociais. O mais importante foi constatar que o sucesso só é alcançado quando há a interação dos funcionários e das lideranças comunitárias. O empregado acaba se tornando um porta-voz das necessidades da sociedade", conclui.

Grupo Pão de Açúcar

Fundado há três anos com o objetivo de promover a educação complementar de crianças e jovens menores de 18 anos, o Instituto Pão de Açúcar obteve, desde o início das atividades, cerca de R$ 15 milhões em recursos. O resultado: 1,6 mil alunos formados.

O Instituto coordena seis núcleos de atividade, que recebem o suporte de seis unidades educacionais próprias e cinco conveniadas. Os alunos da 1ª à 4ª série do Primeiro Grau têm acesso a alimentação complementar, apoio nas lições de casa, educação esportiva e artística e curso de informática. Da 5ª à 8ª série, além das atividades já listadas, os estudantes aprendem inglês e são estimulados a desenvolver a capacidade de questionamento e senso crítico.

No programa de capacitação profissional para o mercado de trabalho os jovens de 15 a 18 anos discutem temas como responsabilidade social, habilidade de comunicação e trabalho em equipe. Na conclusão do curso, os estudantes precisam desenvolver projetos de empreendimento que poderão ser implementados na rede Pão de Açúcar. Os melhores trabalhos são apresentados aos executivos do grupo e os alunos que mais se destacaram no programa têm a chance de integrar o quadro de funcionários da empresa.

Petrobras

A empresa, uma das mais cobradas pela sociedade na promoção de programas ambientais, mantém diversos projetos sociais em todo o país e levou um ano reestruturando sua política de cidadania corporativa, período em que manteve contato direto com as comunidades, grupos acadêmicos e Organizações Não-Governamentais. A gerente de comunicação, Lia

Blower, diz que o alvo dos projetos sociais da empresa são os jovens e envolvem o público em geral, professores, líderes comunitários e governantes. "É preciso ouvir as comunidades antes de tomar qualquer decisão sobre a nossa política social, cujo tema é Cultura da Paz. A meta é estabelecer projetos de desenvolvimento sustentável, trabalhos que promovam ações de prevenção à violência."



Grande parte dos projetos envolve educação, cultura e esporte, e é voltada a jovens que vivem em áreas de risco social. Antes de serem aprovados, os programas enviados pelas ONGs e comunidades são analisados por uma comissão mista. Cerca de R$ 8 milhões serão direcionados pela Petrobras em seu mais novo programa de ação social, o Geração pela Paz. Lançado em outubro, o projeto envolve a adoção de novas políticas em saúde, educação e esportes.

Já o Programa Engenharia Social, que analisa o relacionamento entre as unidades de produção da empresa e as comunidades à sua volta, recebeu, desde sua implementação, em 2000, mais de R$ 64 milhões. Dentre esses projetos, destaca-se a Vila Olímpica da Maré, que atende a oito mil jovens em ações educacionais, esportivas e de saúde.

Outro projeto, o Nós no Morro, é desenvolvido na Favela do Vidigal e promove aulas de educação complementar, teatro e cinema para adolescentes. Mas é na área ambiental que a presença da empresa é mais marcante. Além dos patrocínios bem-sucedidos aos projetos TAMAR — de preservação às tartarugas marinhas, Baleia Jubarte, Golfinhos de Fernando de Noronha e Peixe-Boi — destaca-se o projeto Criações Juvenis de Caranguejos em Larga Escala, coordenado pela Universidade do Paraná e desenvolvido no laboratório da empresa Camarão Vitória, em São Mateus (ES). O projeto prevê a disseminação de 1,2 milhão de larvas de caranguejos nos manguezais da Baía de Guanabara, para o repovoamento da espécie na região.



Embaixador Fernando Silva Alves

Cia. Vale do Rio Doce

Antes voltada prioritariamente para a área habitacional, a Fundação Vale do Rio Doce passou a ser um instrumento de caráter social a partir da privatização da Vale, implementando seus projetos em meados de 1999. Para 2002, o orçamento da entidade chega a R$17 milhões, destinados a 34 ações e 20 novos programas, com foco na educação.

— Ser socialmente responsável faz parte da filosofia de atuação da Vale. Empresas que não fazem esse investimento estão destinadas a colher maus resultados no futuro. Mas é preciso não confundir estratégia social com assistencialismo. Não há espaço para paternalismo. Queremos parceiros locais para acompanhar o andamento dos trabalhos que financiamos, afirma o embaixador Fernando Alves, presidente da Fundação Vale.

O carro-chefe da estratégia social da empresa, o Projeto Escola que Vale, criado em 1999, envolve professores, alunos e comunidade. Foram criadas oficinas de dança, cinema, música e fotografia para que cada região pudesse montar um painel sobre a sua própria história e seus personagens. O projeto foi implementado em seis municípios de Minas Gerais, do Espírito Santo, do Maranhão e do Pará.

A Vale também destinou cerca de R$10 milhões ao programa Escola que Vale, beneficiando 10 mil alunos da rede pública, 300 professores e 250 diretores e supervisores de escola. O projeto recebeu, no ano passado, o prêmio ECO (Empresa-Comunidade), oferecido pela Câmara Americana de Comércio de São Paulo.

Outro projeto da empresa é o Vale Informática, com capacidade de formar 50 mil alunos por semestre. A companhia doou mil computadores, possibilitando a crianças e adolescentes aprender informática em centros criados no Espírito Santo, no Maranhão e em Minas Gerais.



Mario Divo
Membro do Conselho Superior da Associação Brasileira de Marketing & Negócios (mdivo@attglobal.net)

Opinião

Interessante a iniciativa da agência carioca de publicidade G/Staff. Com a determinação de crescer no mercado, buscou fazer o que qualquer prestador de serviço sempre deve ter como prioridade: ouvir o cliente. Realizou uma pesquisa para saber o que o anunciante deseja e espera. O trabalho revelou que os anunciantes reconhecem a relevância da publicidade no crescimento dos negócios, até pela agência ter uma posição eqüidistante das políticas e questões internas do cliente.

Além disso, há sempre soluções para as necessidades identificadas. O planejamento técnico e estratégico, a criatividade, a qualidade, a agilidade, o espírito de parceria e a disponibilidade de dados para o cliente são fundamentais para uma agência se destacar.

Mas como nem tudo são flores, os anunciantes apontaram pontos negativos sobre os quais os profissionais de comunicação e publicidade devem refletir. Reclamaram dos custos altos dos serviços. Alguns anunciantes chegam a chamar de desonesta essa relação, o que parece exagero.

Uma das reclamações é a de que o cliente pede a campanha para uma verba estipulada e a agência sempre carrega um pouco mais. Aí vem a desculpa de que determinado custo não tinha sido orçado e de que a produção encareceu. Além disso, segundo a pesquisa, algumas agências não demonstram compromisso claro com os resultados ou não se interessam em aprender mais sobre o negócio do cliente.

No quesito comportamento profissional, a reclamação maior fica para a vaidade. Temos de admitir que neste aspecto nem quem é do meio discorda. Quanto à mídia, a reclamação fica para a pouca criatividade na escolha de opções alternativas, parecendo ser uma atividade burocrática e de mera intermediação.

As opiniões representam o que os anunciantes viveram em suas experiências anteriores. Como na vida pessoal, as lembranças e percepções do casamento estão muito ligadas ao que cada um viveu ou vive, de ruim e de bom.

Cabe orientar os anunciantes para que não desistam de buscar a agência que lhes trará emoções por vitórias conquistadas. Mas que também não fique pulando de galho em galho e aprenda que nenhuma relação é unilateralmente perfeita. Para que a relação cresça é preciso participação. Converse e cresça junto, pois o sucesso da parceria deve ser de ambos: anunciante e agência.

Mundo da *publicidade*

A revista Advertising marcou um gol de placa com essa capa que resume bem a importância da marca de um produto para o consumidor, o que exige envolver o apelo emocional. Na figura, o texto na garrafa da esquerda mostra o que é a bebida: água gaseificada, açúcar, extrato de noz de cola, cafeína, corante caramelado, acidulante e aroma natural. Qual das duas opções você escolhe? Ponto para a frase "palavras são palavras, nada mais". O que vale mesmo é a emoção associada ao produto, servido um bilhão de vezes por dia! E isso é a marca que carrega!



Dois em um

O ex-poderoso Domingo Cavallo dizia, em abril de 1994:

"O único dado negativo do novo plano argentino é o desemprego. A taxa de câmbio em um por um irá sustentar a economia por muito tempo."

Em junho de 1995:

"Na Argentina, a estabilidade é como a européia, a norte-americana e a do Sudeste Asiático."

Frase do mês

"Pai rico, filho nobre e neto pobre." Expressão que, com pequenas variações, é encontrada em mais de 40 idiomas.

Pílulas&notas

CACHAÇA NOTA 10



Muita gente não gosta e vários dizem que não bebem. Mas para especialistas, há cachaças que são um tesouro para o paladar. Pois a Nota 10 vem da cidade mineira de São José das Palmeiras e tem um grande mérito, além da qualidade já reconhecida em festivais e concursos. Os resíduos da produção (bagaço e vinhoto) são totalmente utilizados como alimento para o gado, gerando um ciclo ecologicamente correto, e os canaviais não são queimados, mas adubados organicamente. Vale o exemplo para os concorrentes, ok?

R$ 300 MILHÕES

O consórcio Odebrecht/Promon garantiu, a vários fornecedores de produtos e serviços, que dará ampla preferência às empresas nacionais ao longo dos processos de compra para as obras que o grupo está realizando em três termoelétricas: em Pernambuco, Mato Grosso e Rio de Janeiro. Isso é muito positivo para a indústria nacional que, assim, não só garante empregos no país como pode crescer mais sua competitividade pelo desenvolvimento de novas tecnologias na área de energia.

QUE ABSURDO!

Em pleno período de defesa da cidadania, incluindo as preocupações ecológicas em todo o mundo, eis que o governo estadual do Rio de Janeiro entra em rota de colisão com a UFRJ. Sabem a razão? Um estudo da Secretaria Estadual do Meio Ambiente está prevendo o despejo de lama tóxica retirada do Complexo da Maré para a Ilha do Fundão. A UFRJ tem uma solução técnica para transferir essa lama a outros locais mais distantes, mas o governo acha caro. Fica então explícito que o fator econômico, até nas hostes públicas, parece autorizar uma ação ambiental predatória.

LES MISÉRABLES EM SAMPA



Seguindo uma tendência internacional, a Editora Abril e a empresa mexicana de *marketing* CIE (a maior em entretenimento ao vivo na América Latina) juntaram forças e assumiram o comando no Teatro Paramount, em São Paulo. Rebatizado como Teatro Abril, ele segue o conceito chamado *naming rights*, que é o de rebatizar espaços públicos com marcas reconhecidas e competitivas. E a estréia, com a famosa peça de Victor Hugo, foi um exemplo de sucesso de crítica e de público, alcançando o maior faturamento publicitário no teatro brasileiro, de R$ 4,2 milhões.

UMA NO CRAVO...

Cenário: idos de 1995, revisão constitucional, polêmicas, ricos *lobbies*. Auge das discussões sobre a abertura do mercado brasileiro em energia, telecomunicações, cabotagem e recursos minerais. Invariavelmente, em audiências públicas, depoimentos de técnicos ou matérias jornalísticas, a Argentina era o exemplo mais que perfeito. Dizia-se do sucesso que aquele país alcançara com a ampla abertura criada pelo governo Menem e conduzida pelo seu ministro Domingo Cavallo. No cenário latino-americano da energia, a gigante americana Enron ditava regras e a sua estonteante vice-presidente, nas visitas ao Brasil, fazia pular mentes e corações.

...OUTRA NA FERRADURA!

Cenário: início de 2002, um raro ano palindrômico. A Argentina vive o caos, com falta de comando e liderança, uma revolta pública com a desnacionalização de patrimônio malsucedida, movimentos contra uma corrupção institucionalizada. A Enron, após convencer seus funcionários a adotarem o sistema de contribuição definida para o plano de pensões e aplicarem os recursos na empresa, faliu, levando o escândalo até a Casa Branca. Toda a poupança de milhares de pessoas evaporou-se da noite para o dia. Fica, com isso, um recado sutil para as nossas lideranças: cada país deve encontrar o seu próprio modelo socioeconômico, o qual encontrará sucessos e problemas, sem a doce (ou desonesta) argumentação de que "em tal lugar deu certo!".

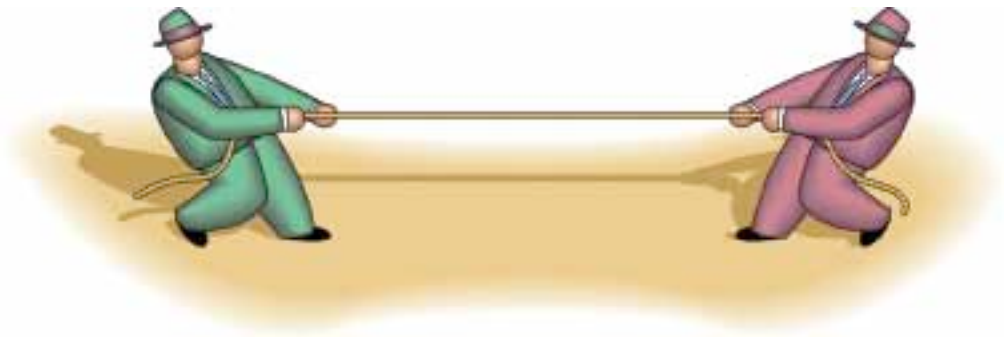
Elogiando

Uma das mais competentes empresas de pesquisa de marcas no Brasil, a Jaime Troiano Consultoria, procurou identificar nacionalmente quais as emissoras de rádio com maior índice de prestígio. O resultado que merece citação aponta a Rádio Gaúcha, da rede RBS, em terceiro lugar, quase empatando com a segunda colocada, a Jovem Pan, e não distante da primeira, a CBN. Para uma emissora de alcance regional, ter esse prestígio todo é fantástico.

Não deixe de visitar



Uma das áreas da economia nacional que está com enorme crescimento é a do petróleo. Como já citamos no mês passado, os investimentos previstos para os próximos dez anos chegam à ordem de US$100 bilhões. Muitas parcerias, novas oportunidades e acordos operacionais começam a ser realizados e a Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP) tem sido de extrema importância nesse processo. Acesse o site www.onip.org.br e veja se alguma iniciativa ou projeto pode ser de seu interesse.



A *dívida* social

Marcelo Neri
Chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV
mcneri@fgv.br

Os economistas costumam se dedicar ao estudo das trajetórias das dívidas externa e pública. As razões são bastante razoáveis. Uma sociedade que não honra ao longo do tempo seus compromissos, internacionais ou domésticos, tende à decadência e à instabilidade econômica, política e social.

A História está repleta de exemplos acerca dos efeitos devastadores da má gerência financeira sobre a vida das pessoas. Indo da experiência corrente da Argentina, passando pela queda do regime absolutista francês no século XVIII, até tempos mais remotos onde minha cultura não alcança.

Discutimos aqui a dívida em relação aos miseráveis. A chamada dívida social se baseia no pressuposto ético de que cada cidadão deveria ter suas necessidades básicas minimamente garantidas. À semelhança da dívida pública, ela seria uma dívida da sociedade com ela mesma. A cobrança desta dívida não se dá apenas por intermédio de impostos futuros, mas pela violência da miséria a assaltar nossa consciência e no desempenho econômico medíocre que caracteriza as nações que não investem na sua gente.

O conceito de dívida social aqui defendido é de natureza prospectiva. Não adianta chorar sobre o leite derramado! O conceito visa alongar os horizontes temporais do debate sobre pobreza e desigualdade considerando sucessivos períodos. Outro objetivo é integrar melhor as discussões macroeconômicas e as sociais, a partir de linguagem e conceito similares. Um dos problemas da área social brasileira é o curto prazo das ações e das análises.

Busca-se em geral aliviar o problema e não atacá-lo de maneira estrutural. Miopia comparável àquela aplicada durante sucessivos anos no combate à inflação brasileira. Em ambos os casos, as soluções eram buscadas mais nas políticas de renda, do que na transformação dos fundamentos a partir do qual indivíduos e coletividade tomam suas decisões.

Outra dificuldade é o tratamento agregado das questões, onde o PIB ocupa lugar absoluto. A abordagem agregada nos permite abstrair dos detalhes de cada árvore e enxergar a floresta. Entretanto, acabamos perdendo perspectiva da diversidade dos bosques, um nível meso, ou intermediário, situado entre o micro e o macro.

Num país desigual, números agregados revelam tanto quanto escondem. A renda média brasileira oculta a riqueza da Bélgica, a miséria da Índia e a conseqüente violência da Colômbia. A literatura social busca cobrir parte dessa lacuna, explorando diferentes formas de somar o nível de bem-estar dos indivíduos.

O capítulo dedicado aos índices de miséria inverte a lógica econômica usual do quem ganha mais, vale mais (vide, por exemplo, a forma de cálculo do PIB). Uma medida útil neste aspecto é o hiato de renda. Isto é, quanto de renda

Tab. 1 – O déficit social (fluxos mensais)
Brasil – população 2000 (censo)

Linha (R$)	Proporção de miseráveis 1999 (em %)	População miserável (em milhões)	Transferências mínimas para erradicar a miséria		
			R$ indigente	R$ não-indigente	R$ pessoa
8,00	2,11	3,57	7,00	0,15	0,15
24,00	5,76	9,76	12,51	0,76	0,72
40,00	12,22	20,73	17,41	2,42	2,13
64,00	22,72	38,52	27,89	8,20	6,34
80,00	**29,30**	**49,67**	**35,81**	**14,84**	**10,49**
96,00	35,37	59,96	44,36	24,27	15,69
120,00	43,32	73,44	57,97	44,30	25,11
160,00	54,03	91,61	82,49	96,96	44,57
200,00	62,41	105,81	108,98	180,92	68,01
240,00	68,69	116,45	137,19	300,92	94,23

Fonte: CPS/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE.

Tab. 2 – A dívida social (estoque)
Brasil – população 2000 (censo)

Linha (R$)	Proporção de miseráveis 1999 (em %)	Transferências de riqueza por não-miserável (R$)		
		0,5% a.m.	1% a.m.	2% a.m.
8,00	2,11	30,00	15,00	8,00
24,00	5,76	153,00	76,00	38,00
40,00	12,22	485,00	242,00	121,00
64,00	22,72	1,64	820,00	410,00
80,00	**29,30**	**2,97**	**1,48**	**742,00**
96,00	35,37	4,85	2,43	1,21
120,00	43,32	8,86	4,43	2,22
160,00	54,03	19,39	9,70	4,85
200,00	62,41	36,18	18,09	9,05
240,00	68,69	60,18	30,09	15,05

Fonte: CPS/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE.

falta, em média, aos miseráveis para que eles consigam satisfazer no mercado suas necessidades básicas. Se falamos de necessidades alimentares estimadas ao custo de R$80 mensais na Grande São Paulo, o déficit médio de cada brasileiro miserável seria R$36 mensais.

Rateamos o menor valor de transferências em direção aos miseráveis capaz de içar cada indigente ao piso de suas necessidades calóricas. Por exemplo, quem recebesse a renda de R$1 ganharia R$79, e vice-versa. Enquanto, quem recebesse renda acima de R$80 não receberia nada. A transferência média recebida pelos indigentes seria de R$36 mensais para que a fome dos 50 milhões de miseráveis fosse aliviada até o mês seguinte.

A renda média brasileira oculta a riqueza da Bélgica, a miséria da Índia e a violência da Colômbia

A pergunta complementar é quanto de renda deveria ser transferido por cada pessoa que está acima da linha de indigência. Isto é, olhamos o problema agora na perspectiva dos não-miseráveis. Este número é de R$15[1] por mês.

Obviamente, se mudamos a linha de miséria arbitrada de R$80 as transferências de renda também mudariam. Por exemplo, se a linha fosse de R$8 a contribuição média mensal seria de R$0,15. Ao passo que se a linha fosse de R$160, esta seria de R$97.

Em todos os casos, seria razoável escalonar a estrutura de contribuição para diferenciar o agente remediado daquele que está mais bem de vida. Uma possibilidade simples seria usar critério semelhante ao dos recebimentos dos indigentes e escalonar o pagamento de forma proporcional ao excesso de renda em relação a um valor situado além da linha de miséria.

O conceito de dívida social corresponde ao estoque que daria origem prospectivamente a esse fluxo. Isto é, qual seria o montante a ser aplicado de uma só vez que geraria os recursos necessários para saciar o dia-a-dia da fome dos indigentes. A resposta a esta pergunta depende da taxa de juros assumida. Por exemplo, se aplicássemos os 0,5% ao mês da caderneta de poupança, R$15 mensais transferidos perpetuamente corresponderiam a um estoque de R$3.000. Já se a taxa de juros fosse 1% ao mês a dívida social por não-miserável seria de R$1.500.

Estes exemplos são pedagógicos pois frisam a importância como objeto de política pública de natureza estrutural não só o volume de capital transferido como a sua respectiva taxa de retorno. Quanto mais alto o retorno do capital transferido, menor seria o montante de capital necessário para se chegar ao menor custo de um programa estrutural capaz de eliminar a fome.

Obviamente, o fluxo de R$15 mensais é muito menor do que o estoque de R$1.500[2], o que decorre do fato de que aliviar a miséria é mais barato do que erradicá-la. Isto acontece quando olhamos para os sucessivos períodos que estão por vir e não apenas para a miséria presente. É preciso transcender o campo conjuntural da distribuição da insuficiência de resultados correntes e encarar o universo bem mais complexo e desafiador da distribuição das oportunidades.

[1] Coincidentemente, R$15,00 é o valor dado pelo bolsa-escola e pelo bolsa-alimentação, recém-distribuídas pelo governo federal no âmbito do projeto Alvorada. As relações fluxo-estoque aqui calculadas podem ser aplicadas a estes programas.

[2] Cabe lembrar que a taxa de juros real mensal de diversos programas de microcrédito no Brasil tem se situado em torno de 3,5% a.m. e a inadimplência tem sido na maioria das vezes baixa. Se a taxa de retorno do ativo fosse de 2% a.m., a transferência média de capital paga ao miserável cairia para R$750, quase o valor de um computador usado.





A enrascada argentina

Marcello Sigwalt
Especial para *Conjuntura Econômica*

Empresários brasileiros têm US$2 bilhões em créditos nos bancos argentinos, dinheiro pago por importados do Brasil. Eles sugerem que o governo brasileiro negocie com o argentino o pagamento desses créditos em petróleo. Assim, o governo brasileiro pagaria a dívida dos exportadores e o governo argentino não precisaria mexer nas reservas bancárias. Empresários e economistas ouvidos por *Conjuntura* acham que a Argentina, sem ajuda externa, não sairá da crise. O mais grave, dizem, é a falta de apoio político e a fragilidade do governo.

Credibilidade. Difícil de conquistar, fácil de perder. Uma década de recessão, dívida pública de US$147 bilhões (quase a metade do PIB) e índice de desemprego superior a 18% da população economicamente ativa, a Argentina lembra um paciente em estado terminal. Tem sobrevivido de reanimação cardíaca (choques econômicos), medicação intravenosa de emergência (aporte de recursos internacionais) e de quimioterapias institucionais (troca sucessiva de ministros e presidentes) para debelar a infecção que pode levar à morte (anarquia e guerra civil).

O diretor do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), Mário Marconini, diz que o FMI demorou demais a se pronunciar contra a ineficácia da lei de conversibilidade na Argentina e agora critica o governo Duhalde por permitir o câmbio duplo que, na sua opinião, é uma medida transitória para evitar que as importações argentinas não fiquem caras demais.

Sobre o *corralito*, a retenção do dinheiro pelos bancos, o diretor do Cebri não tem dúvidas. Se ceder às pressões, o governo vai permitir que pelo menos dez grandes bancos quebrem. Marconini entende que o governo Duhalde também tem de ser claro sobre o que pretende fazer com os passivos cotados em pesos. De igual forma, será preciso contar com grande apoio internacional para a pesificação dos ativos. "O governo vai precisar também de sabedoria para emitir moeda sem que isso pressione a inflação." E acrescenta: "O problema é que não há lastro em reservas em volume suficiente para defender a moeda. Falta internamente apoio da população. O povo quer que o *corralito* acabe logo. Daí a necessidade de apoio internacional", destaca.

Uma vez liberadas as torneiras dos bancos, mesmo que gradualmente, Marconini considera necessário elevar os juros bancários para que se evite que o câmbio vá às alturas e provoque a quebradeira do sistema financeiro. "Os recursos do Fundo devem ter por objetivo controlar o risco sistêmico que evite a contaminação de todo o sistema financeiro, não para defender a moeda." Marconini acrescenta que o problema do *corralito* só será resolvido definitivamente se houver recursos para atender a todos os correntistas e bancos.

Ele entende que o Fundo perdeu uma oportunidade de ouro de se posicionar sobre o assunto quando liberou US$40 bilhões a título de blindagem contra ataques especulativos ao país, no final de 2000. Outro evento lembrado pelo diretor do Cebri diz respeito à época em que o deságio dos títulos da dívida externa argentina bateu 80%. "Era outra hora mais apropriada", afirma, acrescentando que o organismo internacional deve mostrar flexibilidade em relação ao programa de ajuste fiscal exigido em troca dos recursos emergenciais que fornecerá.

Marconini avalia que o FMI deve ser mais claro em relação ao câmbio, pois havia se mostrado contrário à dolarização, mas calou-se quanto à lei de conversibilidade. Segundo ele, o câmbio duplo é um artifício aceito por tempo determinado, com o objetivo de fazer com que a relação dólar-dívida não fique tão cara.

Ele explica que o chamado "descolamento" do Brasil em relação à Argentina na visão da comunidade financeira internacional foi obtido de forma gradual, pois os credores argentinos conseguiram compensar os prejuízos aplicando seus recursos no Brasil. O descolamento do risco Brasil do risco Argentina foi bem pago e remunerado.

Na sua avaliação, as condições políticas para que o governo Duhalde faça uma travessia tranqüila são mínimas. Isto porque o presidente, eleito indiretamente pelo Congresso, não conta com o apoio interno de duas importantes províncias: Santa Fé e Córdoba, governadas por políticos justicialistas, do mesmo partido de Duhalde.

Em contrapartida, prossegue Marconini, o presidente conta com o suporte da União Cívica Radical e da Frepaso, dois partidos representativos. "De qualquer forma, não está afastada a hipótese de golpe de Estado, pois a sustentabilidade do atual governo é muito precária", admitiu. As previsões de Marconini sobre o que ocorrerá à Argentina não são animadoras. "Vai haver muito mais recessão este ano. Mas há esperança que o quadro vá melhorar em 2003."

Sem esconder a perplexidade, o economista, consultor de empresas e ex-presidente do Banco Central (BC) Afonso Celso Pastore admite "nunca ter presenciado uma situação tão grave na história contemporânea como a do país vizinho". Ele destaca o problema crônico de liquidez do país. "Se afrouxar as restrições aos saques, o câmbio se enfraquecerá. Não se mantém a liquidez do sistema financeiro apenas ajustando o dólar", assinala. Como não é possível viabilizar hoje a capacidade de reação da economia argentina no curto e médio prazos, Pastore entende que o FMI somente admitirá ajudar o país quando este tiver condições de apresentar um programa econômico factível.

Pastore admite nunca ter presenciado uma situação tão grave na história contemporânea, como a que atinge a Argentina



Na avaliação do ex-presidente do BC, a desvalorização cambial tem um perfil fortemente contracionista, pois o passivo do setor privado argentino é fortemente dolarizado. Quanto maior o endividamento em dólar, mais as empresas são obrigadas a reduzir produção e trabalhadores para sobreviver à desvalorização. Sua estimativa é de que o PIB da Argentina deve recuar mais de

6% este ano e a recuperação econômica será lenta. Para ele, a diferença fundamental entre a desvalorização argentina de 2002 e a promovida pelo Brasil em 1999 está no apoio político.

Além disso, Pastore ressalta que o governo argentino não tem condições de elevar os impostos, porque a economia já está deprimida e o povo, nas ruas. "A Argentina tem de renegociar cada centavo de sua dívida, refazer inteiramente seu regime monetário, fiscal, tributário e precisa de apoio externo e interno para isso", concluiu.

O empresário argentino German Segre, presidente do Center Group e com negócios no Brasil, entende que o governo argentino deveria tomar decisões mais duras. "Não se deve aumentar os limites dos saques bancários, porque isso pode representar a falência dos bancos. O problema é mais político que econômico. Acredito que o presidente Duhalde vai tentar esvaziar o panelaço.



Grande parte da população não possui recursos nos bancos, o dinheiro que tem é para sobreviver. A taxação das exportações de petróleo para financiar a produção também enfrenta muita resistência dos empresários locais. A desvalorização do peso deve aprofundar o déficit comercial da Argentina em relação ao Brasi."

Apesar das declarações "absurdas" do ex-ministro Cavallo, que acusou o Brasil e o Mercosul de acirrarem a crise econômica argentina, Segre lembra que a Argentina tem no Brasil o melhor parceiro para retomar sua atividade econômica, que lhe oferece melhores condições para exportar. Além disso, o Brasil é o único país em condições de conceder descontos de 10% a 15% sobre importações argentinas, oferecendo prazos de pagamento de 30 a 60 dias. Isto porque o Mercosul exime a Argentina de taxação quando importa, o que não ocorre com países de outras regiões. Além disso, existe uma regra internacional, segundo a qual um país precisa comprar (importar) para poder vender (exportar).

Em conseqüência da desvalorização do peso, Segre acredita que as exportações argentinas para o Brasil devam crescer de 20% a 25%. Essa tendência é apontada também pelo diretor do Ibmec e ex-diretor da Dívida Pública do Banco Central Carlos Thadeu de Freitas Gomes. Para ele, a desvalorização do peso deve favorecer mesmo a venda dos produtos argentinos ao Brasil e o inverso não ocorrerá, com o agravante da perda do poder aquisitivo da população argentina. "Itens como carnes, bens de consumo duráveis, automóveis e *commodities* vão se tornar certamente mais competitivos no mercado brasileiro.

Carlos Thadeu entende que a adoção do câmbio flutuante pela Argentina dará novo impulso ao Mercosul. No entanto, essas mudanças não alteram o cenário de curto prazo, que é extremamente crítico. "Como a capacidade de pagamento do país está muito limitada, os produtos argentinos poderiam ser usados como lastro nos negócios", propõe.

Quanto ao sistema financeiro, o diretor do Ibmec lembra que as reservas cambiais argentinas há um mês se mantêm entre US$14 bilhões e US$15 bilhões. Mas para que haja uma transição menos acidentada para a recuperação econômica, ele entende que o sistema financeiro precisa voltar a ter liquidez, com a injeção de recursos internacionais que evitem a quebradeira dos bancos e dêem novo fôlego à produção. "Só assim a Argentina continuará a ter crédito no exterior."

Para o economista e presidente da Associação de Empresas para o Mercosul (Adebim), Michel Alabi, o primeiro impacto favorável da desvalorização será sentido no comércio exterior. No ano passado, diz Alabi, a balança comercial entre o Brasil e a Argentina foi favorável à Argentina em R$5 bilhões, 22% a menos do que ano anterior, redução que reflete a inadimplência de empresas daquele país.

Some-se a isso a decisão do banco central argentino de continuar retendo US$1,5 bilhão já pagos por importadores argentinos a exportadores brasileiros. Para viabilizar a devolução desse dinheiro, Michel Alaby propõe o pagamento sob a forma de petróleo ao governo brasileiro, que assumiria a dívida com o exportador nacional. Ele estima que existem 2 bilhões de pesos retidos pelo governo no sistema financeiro, cifra, segundo ele, insuficiente para alimentar um movimento especulativo.

Mesmo que o aporte de recursos sinalizado pelo FMI saia logo, isso servirá apenas para manter a economia local com o mínimo de liquidez, mas não o bastante para especular no mercado. Na sua avaliação, como o Brasil em 1983, a Argentina deverá ficar ainda muitos meses sem recursos para exportação. Os setores que deverão sentir mais intensamente esse impacto, segundo ele, serão o petroquímico, automotivo, calçados, autopeças, informática, móveis, eletroeletrônica e têxtil.

Mesmo assim, não está descartada uma ligeira reação das exportações para o Brasil no segundo semestre. Em contrapartida as indústrias de informática e de telecomunicações argentinas continuarão importando do Brasil, devido à necessidade de manter um investimento constante em atualização tecnológica.

Embora deixe claro que não está otimista com a situação argentina, o diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Calçados (Abicalçados), Heitor Klein, admite a possibilidade de o governo Duhalde obter respaldo mínimo e confiança da população argentina. Ele aplaude a iniciativa do governo argentino de enviar, logo após tomar posse, o ministro da produção Rucauf para se encontrar com o presidente Fernando Henrique Cardoso no Brasil, para obter apoio político para as reformas econômicas que estão por vir, bem como para viabilizar a injeção de recursos pelo FMI.

Atividade promissora, as exportações da indústria calçadista brasileira para a Argentina cresceram 40% nos últimos três anos, apesar da recessão. Essa expansão tende a se reduzir um pouco no curto e médio prazos, em razão da desvalorização do peso, que torna mais barata a moeda local e mais cara a brasileira. Mas essa tendência esbarra num fato incontestável, a indústria calçadista argentina não tem condições de abastecer o seu mercado interno. "A boa notícia é que o acirramento da crise argentina está ocorrendo num período de entressafra para o ramo calçadista. Novos embarques só ocorrerão a partir de meados de fevereiro quando esperamos que a situação esteja melhorando", afirma Heitor Klein.

Dados da Abicalçados revelam que a indústria brasileira exportou, somente em 2001, 19,5 milhões de pares, o correspondente a uma receita de US$135 milhões, 10% a mais do que no ano anterior. Klein diz não estar preocupado com um eventual recuo das exportações devido à desvalorização do peso, que no câmbio flutuante já alcançava, em meados de janeiro, a 44% (US$1,80). "Mesmo a perda de poder aquisitivo pelo consumidor argentino pode ser compensada com a busca de materiais alternativos de menor custo, até porque a indústria calçadista argentina também vai sofrer pressão de custos, devido à necessidade de importação de insumos", assinalou.

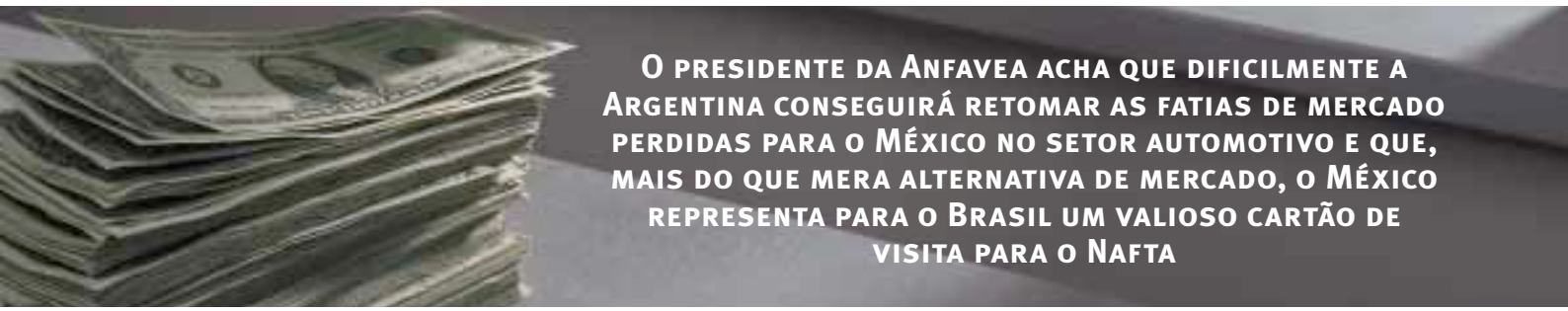
Já o presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Ricardo Carvalho, considera um passo importante o reconhecimento ainda que tardio das autoridades argentinas de que era inviável continuar com a lei de conversibilidade, que mantinha, por decreto, a cotação do peso igual à do dólar. "É preciso fazer uma avaliação cautelosa do atual momento até que as medidas governamentais surtam efeito."

Carvalho destaca a importância da eliminação rápida de critérios ultrapassados, como o fixado pela lei de conversibilidade, segundo o qual o déficit na balança comercial entre Brasil e Argentina não poderia superar a faixa de 10%. "Creio que esse limite poderia ser estendido para 50%. É necessária, também, maior clareza, no que se refere à utilização do *draw back* (importação de matérias-primas e exportação do produto final para um mesmo país)."

O presidente da Anfavea assinala que dificilmente a Argentina conseguirá retomar as fatias de mercado perdidas para o México no setor automotivo. Mais do que mera alternativa de mercado, o México representa para o Brasil um valioso cartão de visita para o Nafta. Como o México adotou um modelo de exportação agressivo (exporta 75% do que produz), certamente oferece uma oportunidade ímpar para a colocação dos produtos brasileiros naquele país. É que acordos internacionais de comércio estabelecem regras de reciprocidade, ou seja, quem exporta também precisa importar.

Em que pese o quadro de incerteza, Carvalho entende que a recuperação argentina poderá atrair muito interesse para o fechamento de futuros acordos comerciais. Para que isso ocorra, ele considera necessário contar com um bom interlocutor argentino no âmbito do Mercosul para a retomada das negociações. Apesar de o mercado automotivo argentino ter amargado queda de 51% na venda física de veículos no ano 2000 (350 mil) para 2001 (170 mil), a participação brasileira naquele país teve um recuo menor (33%), ao reduzir suas vendas de 105 mil para 70 mil em igual comparativo.

Adiantando-se à possibilidade de calote argentino a créditos de exportações brasileiras para aquele país, o governo brasileiro está negociando a abertura de uma linha de crédito ao país vizinho para que possa fazer o pagamento de exportações brasileiras já efetuadas. Os atrasados comerciais da Argentina com o Brasil são estimados em US$2 bilhões. A maior parte desse débito é relativa a operações diretas de exportações, sem amparo de seguro de crédito, de financiamentos de Proex ou provenientes do BNDES-Exim.



O presidente da Anfavea acha que dificilmente a Argentina conseguirá retomar as fatias de mercado perdidas para o México no setor automotivo e que, mais do que mera alternativa de mercado, o México representa para o Brasil um valioso cartão de visita para o Nafta



Mercosul pode ressurgir da crise

Lia Valls Pereira
Coordenadora de Projetos/IBRE

A crise argentina apresenta duas dimensões do ponto de vista das relações com o Brasil. Uma de caráter conjuntural relacionada com as perspectivas para a saída da crise. A outra é sobre as relações Brasil-Argentina no contexto do Mercosul. Após dez anos com taxa de câmbio fixa num regime de *currency board* não era esperado que as mudanças fossem fáceis.

Irrealista ou não, a paridade fixa peso/dólar servia de referência para os preços. Ao mesmo tempo, a disciplina da política monetária era assegurada pela estreita relação entre a emissão de moeda e a variação das reservas internacionais. Nesse cenário, os agentes econômicos (famílias e empresas) endividaram-se em dólar, reforçando a adesão ao sistema de paridade fixa.

Nesse regime, a entrada de reservas internacionais via capitais e/ou exportações passa a ser crucial para que o governo não só mantenha a paridade, como também evite a redução do ritmo da atividade econômica. Até meados dos anos 90, o regime parecia funcionar bem.

As privatizações e as perspectivas de ganhos numa economia que aparentava ter solucionado seus problemas de estabilidade econômica e política estimularam a decisão de investimentos estrangeiros no país, em especial de investidores espanhóis.

A crise mexicana de 1995 foi o primeiro sinal de que o capital estrangeiro não havia depositado um voto de confiança eterno em relação aos mercados dos países emergentes, inclusive o da Argentina. Após apresentar taxas de crescimento do PIB de 10,5% (1991), 9,6% (1992), 5,7% (1993) e 5,8% (1994), o PIB cai em 2,8%, em 1995, associado à redução da entrada de capital. A economia se recupera, atingindo um crescimento de cerca de 8% em 1997, mas naquele momento o tema da sustentabilidade do regime já estava presente.

A balança comercial argentina indicava problemas de competitividade e, exceto com os parceiros do Mercosul, era deficitária. Neste caso, a preferência pelo Mercosul e a estrutura de comércio (trigo, petróleo, trocas intra-setoriais da indústria automobilística), em especial com o Brasil, explicam o resultado.

E ainda ajudava a política cambial brasileira, permitindo que o peso apresentasse uma pequena desvalorização em relação ao real. As novas crises nos mercados emergentes asiáticos e a moratória na Rússia tendem a afugentar ainda mais o capital estrangeiro de curto prazo. Em 1998, a relação déficit em transações correntes e PIB na Argentina foi de 5,1%. Paralelamente, a disciplina fiscal que havia sido implementada no primeiro mandato do presidente Menem passa a ser menor no segundo mandato.

O desenrolar da história é conhecido. O novo governo De la Rúa inicia o seu mandato com uma economia em recessão, desequilíbrio nas contas fiscais, queixas sobre a parceria com o Brasil (a desvalorização do real de 1999) e, mais grave, com uma base frágil de apoio político. O agravamento da situação acaba levando a uma saída do regime cambial em circunstâncias especialmente difíceis para o país.

Após dez anos de câmbio fixo e do regime de *currency board,* criar um novo quadro referencial de disciplina macroeconômica (monetária, em especial) num ambiente de elevada instabilidade política não é trivial. Some-se ainda os bloqueios de depósitos bancários que apenas tendem a acirrar as incertezas dos agentes econômicos.

Dizer qual é a taxa de câmbio de equilíbrio é um palpite arriscado. Deixar de imediato o câmbio totalmente livre — mesmo com a baixa credibilidade do governo, para assegurar tetos cambiais — é considerado arriscado, num país que tinha o câmbio como âncora do seu programa de estabilização. É necessário antes definir as regras do novo regime monetário para que a nova moeda tenha credibilidade como reserva de valor e unidade de conta. Não é preciso dizer que a transição será mais ou menos árdua em função da possibilidade de captação de empréstimos dos organismos multilaterais.

E o papel do Brasil?

Contrário a alguns diagnósticos, a crise argentina tende a fortalecer a importância do Mercosul. Não o Mercosul entendido como uma união aduaneira clássica porque a questão da disciplina da Tarifa Externa Única (TEC) abrangendo todo o universo de produtos ainda é alvo de debates. Mas, sim, ao Mercosul na sua concepção de visão estratégica política e econômica para o desenvolvimento da região e sua inserção no cenário internacional.

Nos últimos anos essa concepção acabou sendo identificada pelo governo brasileiro como um ativo importante nas negociações de acordos comerciais (Alca, por exemplo). Só que os nossos parceiros do Mercosul muitas vezes deram sinais de que não se alinhavam automaticamente com essa posição.

"Sonhos" sobre possíveis ganhos com acordos especiais com os Estados Unidos revelavam que não compartilhavam da idéia do Mercosul, numa visão estratégica. O Brasil, por sua vez, demorou a entender a dimensão da crise argentina, iniciada em 1999, e jogou duro em relação aos pleitos do parceiro (cláusulas de salvaguardas, flexiblização da TEC).

O aprofundamento da crise argentina mudou esse quadro. A esperada ajuda dos Estados Unidos não se materializou. O apoio do Brasil na busca de ajuda financeira internacional e como importante mercado para os produtos argentinos tem sido enfatizado pelos argentinos. A dimensão política das relações Brasil-Argentina, traduzidas em medidas que se não resolvem, mas pelo menos atenuam a crise argentina, fortalece a noção da parceria estratégica. É uma primeira chance para o combalido Mercosul.

Apenas uma nota de advertência, do nosso ponto de vista, é necessária. Voltam a ganhar destaque propostas da moeda única no Mercosul. Com o término do regime de câmbio fixo na Argentina é possível se pensar em propostas de coordenação de políticas macroeconômicas e cambiais. Mas as condições para uma área monetária única estão longe de ser preenchidas pelos países do Mercosul.

O mercado comum ainda é uma etapa a ser atingida. É preciso promover a liberalização do mercado de serviços, capitais e mesmo que imperfeita, do trabalho. Isto exige, como a experiência da União Européia mostra, uma agenda extensa de caráter macroeconômico (convergência de déficits fiscais, taxas de juros, taxas de inflação) e também de regulamentações nos diversos mercados.

A moeda única é bem-vinda se entendida como uma meta a ser alcançada que auxilie na definição das prioridades e no aprofundamento da integração sub-regional. No momento a nova chance para o Mercosul depende mais de uma agenda que defina prioridades factíveis de serem implementadas do que de compromissos com uma possível moeda única para a região. E, não é preciso dizer, da normalização das condições econômicas e políticas na Argentina.



A moeda *única* européia

Lia Valls Pereira
Coordenadora de Projetos/IBRE
liavalls@fgv.br

O euro é uma realidade. Mas quais as vantagens da nova moeda para os europeus?

De certa forma o euro já deu certo, na medida em que 12 países da União Européia acataram a decisão política de implementação da moeda única. A dimensão política da decisão e sua importância para o futuro processo de integração européia é um fato. Já se discute que o próximo passo (data indefinida) será um acordo que permita caracterizar a região como uma unidade política, quando os países passariam a ter uma política única de relações internacionais. Existem, entretanto, algumas questões que poderão testar "o pacto da moeda única".

A experiência da moeda única é analisada do ponto de vista dos economistas tendo como referência o conceito de "áreas monetárias ótimas", o que pressupõe duas condições básicas: a criação de um mercado comum e a harmonização de políticas macroeconômicas.

A existência de um espaço econômico unificado — 15 países fazem parte da União Européia e apenas o Reino Unido, a Dinamarca e a Suécia ainda não aderiram ao euro — onde vigore a livre circulação de mercadorias, serviços, capital e trabalho exige um elevado grau de convergência nas formas de regulação dos mercados pelos países membros. Não é necessário que as regras sejam iguais. Um dos êxitos no processo de integração europeu foi a criação do mercado único, exigindo disciplinas supranacionais e ao mesmo tempo o princípio do reconhecimento de diferenças.

Um exemplo trivial na área de normas técnicas de mercadorias é usualmente citado. Num primeiro momento, a proposta era plena harmonização de normas técnicas. Problemas começaram a surgir quando hábitos culturais influenciavam na composição de produtos. A diferença no teor alcoólico na definição dos tipos de cervejas, a composição da salsicha inglesa *versus* a de outros países europeus eram sinais de que a meta de plena harmonização de normas técnicas encontraria fortes resistências. Numa negociação entre países, onde muitas vezes normas técnicas são utilizadas como barreiras não-tarifárias, o tema requer acordos que não comprometam a idéia do mercado comum e reconheçam as diferenças nacionais.

A segunda condição exige a convergência de algumas variáveis macroeconômicas e, logo, da condução das políticas monetárias e fiscais. Se dois países

possuem taxas de câmbio naturalmente estáveis (sem interferência de políticas econômicas) e que signifiquem paridades unitárias — uma unidade da moeda nacional é trocada exatamente pela unidade de moeda de outro país — a moeda a utilizar seria indiferente a princípio, esquecendo-se da perda de receita (senhoriagem) da emissão de moeda.

A teoria econômica ensina que num cenário de plena mobilidade de capital e bens, uma precondição para que isso ocorra é a vigência de taxas de juros iguais e de inflação nos dois países. A maior taxa de juros em um país (imagina-se ausente o tema de risco-país) atrairia capital levando a uma valorização da moeda local. Um país com taxa de inflação superior à do outro teria sua moeda desvalorizada. O compromisso com a convergência de indicadores macroeconômicos nas negociações sobre a criação da moeda foi acordado na União Européia, no Tratado de Maastricht de 1991.

As condições de convergência acordadas foram: o déficit público do governo não pode exceder a 3% do Produto Interno Bruto (PIB), a dívida pública do governo não pode exceder a 60% do PIB, as taxas de inflação não podem exceder 1,5 ponto percentual dos três membros da União Européia que apresentem as menores taxas de inflação, a taxa nominal de juros de longo prazo não deve exceder 2 pontos percentuais da média da taxa dos três países com menores taxas de inflação e a adesão do país à união monetária exige que as variações cambiais se mantenham, pelo menos durante dois anos, no intervalo das bandas cambiais determinado pelo Mecanismo de Taxas de Câmbio Europeu.

A opção pela moeda única nos 12 países membros da União Européia é similar à adoção de um regime de taxas de câmbio totalmente fixas, onde os países perdem a autonomia na condução das políticas monetárias. Os bancos centrais têm de comprar ou vender divisas em função da variação das reservas internacionais para manter o câmbio fixo. Quando um conjunto de países decide optar por uma única moeda está abdicando da mesma forma da autonomia de suas políticas monetárias. No caso europeu, a opção pela moeda única exige apenas a "renúncia intra-regional". Em relação ao resto do mundo, o sistema cambial europeu é de taxas flutuantes. Neste contexto, o papel dos bancos centrais nacionais perde sentido e um Banco Central Europeu é criado.

Dois tipos de problemas têm sido salientados. A Alemanha, a maior economia da união monetária, passa por um período de baixo crescimento. A última previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI, *World Economic Out Look*, dezembro de 2001) é de um aumento de apenas 0,7% no PIB. Cortes de impostos já foram realizados para estimular a economia. No entanto, continuando o baixo crescimento, o déficit fiscal projetado pelo FMI é de 2,5% para 2002 e existe o risco de o país atingir o limite de 3% estabelecido pelo Pacto de Crescimento e Estabilidade, a partir do Tratado de Maastricht.

A OPÇÃO PELA MOEDA ÚNICA É SIMILAR À ADOÇÃO DE UM REGIME DE TAXAS DE CÂMBIO TOTALMENTE FIXAS, ONDE OS PAÍSES PERDEM A AUTONOMIA NA CONDUÇÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIAS

O papel da economia alemã é um fator importante para o crescimento do espaço unificado europeu, ao mesmo tempo em que uma possível exceção aos limites fiscais colocaria em risco a credibilidade da moeda única. Quedas nas taxas de juros têm sido demandadas, mas também há restrições, pois em alguns países europeus poderão elevar a taxa de inflação (Espanha, Grécia e Portugal), conduzindo também a níveis fora do acordo da união monetária.

O segundo problema refere-se à não-plena satisfação das condições para uma área monetária ótima na Europa. Os mercados de trabalho ainda não estão totalmente integrados, assim como regulações nacionais ainda perduram em vários serviços. Neste caso, se um país sofre um choque externo criam-se maiores obstáculos para que saia da crise.

Um, já mencionado, é a disciplina imposta nas políticas fiscais e monetárias. Segundo, não havendo plena mobilidade dos fatores de produção, a mão-de-obra desempregada do país não pode fluir para os mercados em expansão das outras regiões. No caso de países organizados em estados federativos, a disciplina fiscal e monetária é comum. No entanto, há maior mobilidade de fatores e, em geral, os governos nacionais dispõem de mais instrumentos para socorrer estados que sofram algum choque (fundos emergenciais).

Ajudas regionais existem no orçamento comum da União Européia, mas segundo alguns economistas, Paul Krugman é um deles, não-comparáveis às de outras economias, como os Estados Unidos. São estas algumas das questões que têm tido destaque no debate econômico. Parece claro, entretanto, que a moeda única veio para ficar. Turbulências poderão ocorrer, mas desfazer o pacto também teria um custo altíssimo para os países europeus.

Finalmente, uma questão tem sido salientada no Brasil. O êxito do euro significa que a meta da moeda única do Mercosul é possível? Possível é. Mas a experiência européia mostra que a trajetória exige um amplo processo de integração. Os países precisam abdicar de parte da autonomia de suas políticas por considerarem que o espaço comum unificado traz mais vantagens do que custos. Este é um tema ainda não totalmente resolvido no Mercosul.



Um século de Nobel em Ciências

Gustavo de Sá e Silva
Professor Fundador e Emérito da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV)
saesilva@fgvsp.br

O Prêmio Nobel foi instituído pelo engenheiro e empresário sueco Alfred Nobel que, com 33 anos de idade, inventou a dinamite em 1866. Nobel fundou 90 empresas em 20 países, chegou a ter 350 patentes e fez fortuna. Victor Hugo o descrevia como "o errante mais rico da Europa". Quando faleceu, em 1896, parte de seu patrimônio foi destinada à instituição de uma fundação dedicada a estimular o trabalho e a criatividade pela Paz, pela Literatura e pelo avanço da Medicina ou Fisiologia, da Física e da Química. A Fundação Nobel nasceu em 1900 e os primeiros Prêmios Nobel foram entregues em 10 de dezembro de 1901.

Em 1968, o Banco da Suécia decidiu instituir um prêmio de Economia, em homenagem à memória de Alfred Nobel. A partir de 10 de dezembro de 1969, soma-se aos originais o Prêmio Nobel de Economia.

Durante o século XX, o Nobel foi oferecido a 514 cientistas (172 em Medicina ou Fisiologia, 161 em Física, 135 em Química e 46 em Economia) e a 183 não-cientistas (87 de Paz; e 96 de Literatura). O Prêmio da Paz foi também oferecido a 19 organizações. Nos anos de 1916, 1940, 1941 e 1942 ninguém foi premiado, em virtude das Grandes Guerras.

Com base nas biografias oficiais da Fundação Nobel[1] este relatório mostra como se distribuíram, nos quartéis do século XX:

- as proporções dos cientistas laureados que se doutoraram em universidades privadas e as proporções dos que trabalhavam em instituições privadas ao lhes ser oferecido o Nobel;
- as principais instituições privadas e públicas — estas, gratuitas e pagas —, segundo a média dos laureados que elas doutoraram e a média dos que trabalhavam em seus

Tab. 1 – Percentual do total de laureados com o prêmio Nobel

	1901/1925	1926/1950	1951/1975	1976/2000	Total
Med. & Fisiol.	0,0	25,0	28,1	37,5	26,7
Física	6,7	29,2	38,0	45,6	33,5
Química	4,5	17,2	32,4	46,8	29,6
Economia			27,3	62,9	54,3
Total	4,0	23,6	32,3	46,7	32,1

laboratórios ao lhes ser oferecido o Nobel; e

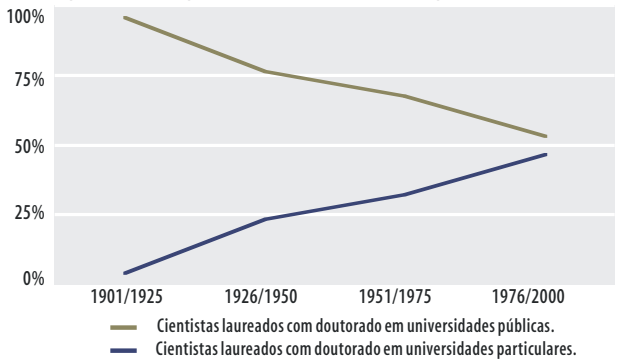
- os cientistas laureados, segundo os países em que nasceram e os de que eram cidadãos ao lhes ser oferecido o Nobel.

Doutoramento

Quatro dos 514 cientistas laureados com o Nobel no século XX receberam títulos honoríficos de Doutor.[2] Dos outros 510, mais de dois terços se doutoraram em instituições públicas de ensino superior; os 165 que se doutoraram em universidades particulares, distribuíram-se, assim, em percentagem do total de laureados no respectivo quartel.

O gráfico I, da distribuição das percentagens do total de laureados, pelos quartéis do século, revela um impressionante crescimento dos cientistas com doutoramento em instituições privadas:

Gráfico I – Prêmio Nobel em categorias científicas
Nos quartéis do século XX, com doutorado em universidades públicas e particulares (Em percentual do total de laureados no quartel)



Essa tendência se repete em cada uma das categorias científicas, como se pode notar na tabela 2.

Os 510 cientistas fizeram seu doutoramento em 157 instituições de ensino superior. Doze instituições doutoraram, cada uma, dez ou mais laureados, conforme se pode observar na mesma tabela.

Seis são públicas (Cambridge, Munique, Berlim, Paris, Göttingen e Oxford) e doutoraram 113 laureados; as outras seis (Harvard, Columbia, Chicago, M.I.T., Caltech e Princeton) são privadas e doutoraram 109 laureados.

Tab. 2 – Instituições de ensino superior que doutoraram dez ou mais laureados com o Prêmio Nobel no século XX

Instituições de ensino superior	Med. & Fisiol.	Física	Química	Economia	Total
Cambridge	10	16	12	3	41
Harvard	15	8	8	4	35
Columbia	6	12	1	4	23
Chicago	1	8	3	7	19
Munique	3	7	8	–	18
Berlim	2	6	7	1	16
Paris	6	4	4	2	16
M. I. T.	–	6	3	3	12
Göttingen	3	4	4	–	11
Oxford	3	1	5	2	11
Caltech	2	6	2	–	10
Princeton	–	6	2	2	10
Total	51	84	59	28	222
Outras 145 univers.	119	75	76	18	288
Honorários	2	2	–	–	4
Total geral	172	161	135	46	514

A tabela 3 mostra, com números eloqüentes, a queda das universidades públicas, da primeira para a segunda metade do século XX. Na primeira metade quase 80% dos laureados eram formados em universidades públicas. Na segunda metade do século, porém, eles representaram menos de 40% de todos os cientistas laureados.

Tab. 3 – Variação do número de universidades públicas e particulares no século XX

Instituição de doutorado	Universidades		
	Particulares	Públicas	Total
1901-1950	15	52	67
1951-2000	94	61	155
Total	109	113	222

Trabalho

Mais de metade dos 514 cientistas laureados com o Nobel no século XX trabalhava em laboratórios de instituições públicas, ao ser agraciada. A distribuição, em percentagem do total de laureados no respectivo quartel e setor científico, dos que trabalhavam em laboratórios de instituições particulares está relacionada na tabela 4.

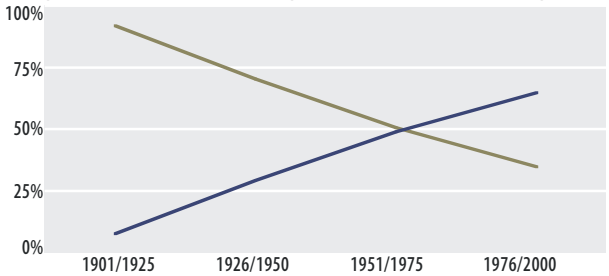
Por sua vez, as percentagens totais por quartel estão evidentes no gráfico II.

A curva azul, ascendente, mostra como cresceram, percentualmente, os cientistas que trabalhavam em instituições particulares. A curva dourada, descendente, demonstra como se reduziu no mesmo período a percentagem dos que trabalhavam em instituições públicas. Essa tendência,

Tab. 4 – Laureados com o Nobel que trabalhavam em laboratórios de instituições públicas

	1901/1925	1926/1950	1951/1975	1976/2000	Total
Med. & Fisiol.	4,3	36,1	61,4	64,3	49,4
Física	10,0	33,3	44,0	68,4	44,7
Química	9,1	17,2	37,8	57,4	35,6
Economia	–	–	45,5	68,6	63,0
Total	8,0	29,2	49,0	64,6	45,5

Gráfico II – Prêmio Nobel em categorias científicas
Nos quartéis do século XX, que trabalhavam em universidades públicas e partiulares ao serem laureados (Em percentual do total de laureados no quartel)



Cientistas laureados que trabalhavam em universidades públicas quando laureados
Cientistas laureados que trabalhavam em universidades particulares quando laureados

como se pode notar na tabela 2, se repete em cada um dos setores científicos.

Os 514 cientistas laureados estavam trabalhando em 189 instituições. Quatorze instituições tiveram, cada uma, dez ou mais laureados, conforme o apresentado na tabela 5.

Tab. 5 – Instituições de ensino superior que doutoraram dez ou mais laureados com o Prêmio Nobel no século XX

Instituições	Med. & Fisiol.	Física	Química	Economia	Total
Harvard	12	8	5	5	30
Rockefeller	12	–	5	–	17
Cambridge	3	7	3	3	16
Caltech	6	6	3	–	15
Max-Planck	5	4	6	–	15
Stanford	1	9	3	2	15
Berkeley	4	4	4	2	14
Chicago	–	4	1	9	14
M. I. T.	4	5	1	3	13
Columbia	3	5	1	2	11
Princeton	1	8	–	2	11
Berlim	–	3	7	–	10
Oxford	5	–	4	1	10
Total	61	66	45	29	201
Outras 175 instit.	111	95	90	17	313
Total geral	172	161	135	46	514

Seis instituições são públicas (Cambridge, Califórnia em Berkeley, Berlim, Londres e Oxford e o Instituto Max-Planck) e 75 laureados trabalhavam em seus laboratórios; as outras oito (Harvard, Rockefeller, Caltech, Stanford, Chicago, M.I.T., Columbia e Princeton) são privadas e 126 laureados trabalhavam nelas.

A tabela 6 mostra, novamente, a queda das universidades públicas, da primeira para a segunda metade do século XX. Na primeira metade quase dois terços dos laureados eram formados em universidades públicas. Na segunda metade do século, porém, eles representaram pouco mais de um terço dos cientistas laureados.

Tab. 6 – Variação do número de instituições públicas e particulares no século XX

Local de trabalho	Instituições		
	Particulares	Públicas	Total
1901-1950	17	30	47
1951-2000	109	45	154
Total	126	75	201

Públicas x privadas

Dezessete instituições de ensino e pesquisa em nível superior formaram, em nível de doutoramento, dez ou mais — e/ou tiveram em seus laboratórios dez ou mais — cientistas laureados com o Prêmio Nobel, no século XX: nove são públicas, oito são particulares.

Das nove instituições públicas, quatro são pagas (as universidades de Cambridge, de Oxford, de Londres e da Califórnia) e cinco são gratuitas (as universidades de Berlim, de Paris, de Munique e de Göttingen e o Instituto Max-Planck). As oito particulares, todas pagas, são as universidades de Chicago, Columbia, Harvard, Princeton, Rockefeller e Stanford e os Institutos Caltech e M.I.T. A tabela 7 apresenta as instituições distribuídas pelos quartéis do século.

As instituições públicas dominaram o quadro no início do século. No último quartel, porém, foram as instituições privadas que dominaram. Isso fica mais evidente em dois novos gráficos. O primeiro (gráfico III) mostra como se distribuíram os 244 laureados, segundo as universidades em que se doutoraram, em média por universidade.

O gráfico IV mostra a distribuição dos laureados que trabalhavam nos laboratórios dessas universidades ao serem laureados (também em média por universidade).

Naturalidade e Cidadania

Os cientistas laureados no século XX nasceram em 41 países; mas, ao serem laureados, eram cidadãos de 30 países; 95 (18,5%) tinham mudado de nacionalidade. Cinco nações contam, entre seus cidadãos (natos e naturalizados),

Tab. 7 – Distribuição, em média por instituição, pelos quartéis do século

Prêmios Nobel em Ciências no séc. XX (de 1901 a 2000)	Instituições de ensino superior que doutoraram dez ou + laureados (em média por instituições no período)					Instituições em que dez ou + laureados trabalharam (em média por instituições no período)				
Período de 25 anos	1901/1925	1926/1950	1951/1975	1976/2000	Sec. XX	1901/1925	1926/1950	1951/1975	1976/2000	Séc. XX
Instituições públicas gratuitas										
Berlim	1,4	0,8	1,0	0,0	3,2	1,4	0,6	0,0	0,0	2,0
Göttingen	0,4	0,6	0,6	0,6	2,2	0,8	0,2	0,0	0,0	1,0
Max-Planck	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,2	0,4	0,8	1,6	3,0
Munique	0,8	1,0	1,2	0,6	3,6	0,4	0,4	0,4	0,0	1,2
Paris	1,0	1,0	0,8	0,4	3,2	1,2	0,4	0,2	0,0	1,8
Total	3,6	3,4	3,6	1,8	12,4	4,0	2,0	1,4	1,6	9,0
Instituições públicas pagas										
Berkeley	0,0	0,0	0,8	1,5	2,3	0,0	0,0	1,8	1,8	3,5
Cambridge	1,8	2,3	3,0	3,3	10,3	0,5	1,0	1,5	1,0	4,0
Londres	0,0	0,5	0,3	0,5	1,3	0,5	1,0	0,8	0,3	2,5
Oxford	0,3	0,0	1,5	1,0	2,8	0,3	1,0	1,3	0,0	2,5
Total	2,0	2,8	5,5	6,3	16,5	1,3	3,0	5,3	3,0	12,5
Instituições particulares pagas										
Caltech	0,0	0,1	0,5	0,6	1,3	0,1	0,3	0,9	0,6	1,9
Chicago	0,0	0,1	0,6	1,6	2,4	0,1	0,1	0,1	1,4	1,8
Columbia	0,1	0,5	1,1	1,1	2,9	0,0	0,3	0,6	0,5	1,4
Harvard	0,1	0,6	1,1	2,5	4,4	0,1	0,4	1,6	1,6	3,8
M. I. T.	0,0	0,0	0,4	1,1	1,5	0,0	0,0	0,5	1,1	1,6
Princeton	0,0	0,3	0,6	0,4	1,3	0,0	0,1	0,3	1,0	1,4
Rockefeller	0,0	0,0	0,3	0,0	0,3	0,1	0,5	1,1	0,4	2,1
Stanford	0,0	0,0	0,4	0,3	0,6	0,0	0,0	0,6	1,3	1,9
Total	0,3	1,6	5,0	7,6	14,5	0,5	1,6	5,8	7,9	15,8
Total geral	5,9	7,8	14,1	15,7	43,4	5,8	6,6	12,4	12,5	37,3

15 ou mais laureados. A tabela 8 expõe essa estatística nos quartéis do século XX.

A participação dos cientistas americanos — natos e naturalizados, é bom lembrar — é tão singular que merece ser comparada com a participação dos cientistas de todas as outras 29 nações com cidadãos laureados.

A tabela 9 apresenta a percentagem do total de laureados no quartel.

A proporção de cientistas americanos teve um crescimento surpreendente, conforme se pode verificar no gráfico V.

Essa tabela e esse gráfico nos dizem que os cientistas americanos — que nos primeiros 25 anos do século não conseguiram ganhar mais que 5,3% dos prêmios concedidos — nos últimos 25 anos não só excederam em número todos os não-americanos laureados, como foram mais que duas vezes mais numerosos que eles. Americanos levaram mais de dois terços de todos os prêmios concedidos a cientistas, no último quartel do século XX, pela Fundação Nobel!

Conclusão

Esses resultados mostram que as grandes contribuições científicas reconhecidas pelo Prêmio Nobel deslocaram-se, ao longo do século XX, das instituições públicas para as particulares. E que, entre as instituições públicas, deslocaram-se das gratuitas para as que cobram por seus serviços.

Como as grandes instituições particulares de ensino e pesquisa em nível superior estão nos EUA — enquanto

GRÁFICO III – PRINCIPAIS UNIVERSIDADES

Cientitas laureados com o Prêmio Nobel, que trabalhavam em seus laboratórios ao serem laureados (Em média por universidade)

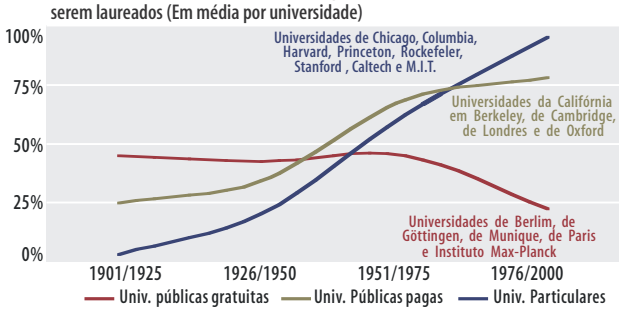
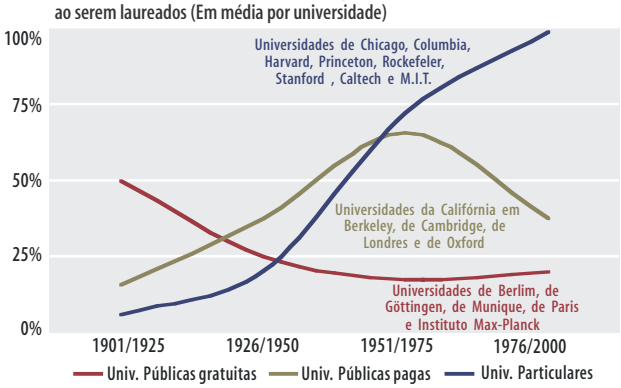


GRÁFICO IV – PRINCIPAIS UNIVERSIDADES

Cientistas laureados com o Prêmio Nobel, que trabalhavam em seus laboratórios ao serem laureados (Em média por universidade)



as grandes instituições públicas estão na Europa —, as contribuições reconhecidas pelo Nobel fluíram, por assim dizer, das universidades européias para as americanas.

A Real Academia de Ciências da Suécia e o Instituto Karolinska — responsáveis pela seleção dos candidatos do Nobel nas categorias científicas — atribuem os prêmios somente a candidatos cujos nomes lhes sejam recomendados pelas entidades que podem fazer tais recomendações (como ex-laureados, chefes de Estado, academias oficiais de ciências e organizações científicas convidadas). Contribuições científicas importantes podem ter sido injustamente ignoradas, como por exemplo as desenvolvidas em laboratórios de países que adotaram ou adotam a prática de negar acesso a descobertas julgadas de interesse para a segurança nacional.

TAB. 8 – PAÍSES COM MAIS DE 15 CIENTISTAS LAUREADOS COM OS PRÊMIOS NOBEL, ENTRE 1901 E 2000, POR SEU PAÍS DE NACIONALIDADE

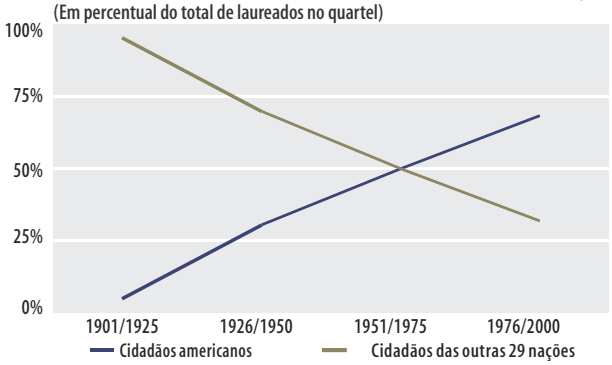
Nº	Nações	1905-1925	1926-1950	1951-1975	1976-2000	Total
1	EUA	4	29	76	126	235
2	Inglaterra	10	18	29	18	75
3	Alemanha	23	15	12	14	64
4	França	13	5	5	6	29
5	Suécia	4	3		6	18
Soma		54	70	127	170	421
Outras 25 nações		21	19	28	25	93
Total		75	89	155	195	514

TAB. 9 – TOTAL EM PERCENTAGEM DE LAUREADOS NO QUARTEL DO SÉCULO XX

Nacionalidade	1901-1925	1926-1950	1951-1975	1976-2000	Total
Americanos	4,87	30,53	50,00	68,11	45,72
Não-americanos	95,13	69,47	50,00	31,89	54,28

GRÁFICO V – PRÊMIOS NOBEL CONCEDIDOS EM CATEGORIAS

No século XX, concedido a cidadãos americanos e a cidadãos das demais 29 nações. (Em percentual do total de laureados no quartel)



Contudo, o objetivo de Alfred Nobel — estimular os esforços de pesquisa em benefício da humanidade — parece ter sido alcançado.

Qualquer tentativa de inferir a partir dos resultados, ou de interpretá-los, seria provavelmente árida: os 514 cientistas laureados formam uma população estatística; não compõem, a rigor, um subconjunto ameno a inferências estatísticas.

Referências:

[1]As informações sobre Alfred Nobel, a Fundação Nobel e seus laureados estão na Internet, em http://www.nobel.se.

[2]Guglielmo Marconi, Nobel de Física em 1909; Mils. G. Dalen, Nobel de Física em 1912; Godfried Hounsfield, Nobel de Medicina e Fisiologia em 1979; e Gertrude Elion, Nobel de Medicina e Fisiologia em 1988. Fonte: http://www.nobel.se/nobel/nobel-foundation/index.html



‘Balança cambial *e déficit do* comércio exterior’

Tatiana Deane
Economista da CECON/IBRE/FGV
deane@fgv.br

Há 50 anos, *Conjuntura Econômica* analisava a evolução do comércio exterior brasileiro e sua influência sobre a balança cambial. O resultado da balança comercial e o movimento e serviços de capitais estrangeiros contribuíram para reduzir o nível de divisas no país em 1951.

Em dezembro de 1951, o saldo das disponibilidades em divisas do Tesouro Nacional caía de 987 para 63 milhões de cruzeiros. Em relação a dezembro de 1950, a redução no nível de reservas foi de 4.615 milhões. As disponibilidades cambiais em poder dos bancos também sofreram fortes reduções ao longo do ano, passando em novembro a 658 milhões, ante os 1.113 milhões registrados no mesmo mês do ano anterior.

Esta queda no nível de reservas deveu-se primeiramente ao fato de que as importações cresceram em 1951 a um ritmo bem mais forte que as exportações. O déficit na balança comercial correspondeu a cerca de 10% das importações, que até outubro já atingiam 29.891 milhões de cruzeiros, praticamente o dobro do observado até outubro de 1950.

A evolução de preços de matérias-primas e produtos manufaturados no mercado mundial teve influência desfavorável para as nossas relações de troca. Produtos com altíssimo peso em nossa pauta exportadora, como o café, o algodão e o cacau, apresentaram, entre dezembro de 1950 e novembro de 1951, quedas de preços de 8%, 3% e 11%, sucessivamente. Por outro lado, no mesmo período, os preços de produtos cuja demanda interna é atendida fundamentalmente pelas importações, como cobre, carvão, papel e celulose, lâminas e placas, cimento e trigo tiveram altas de 72%, 66%, 59%, 20%, 18% e 17%, respectivamente.

Também contribuiu para a redução das reservas o movimento de serviços e capitais estrangeiros. Até o primeiro semestre de 1951, as saídas de serviços de capitais estrangeiros, inclusive os formados e reinvestidos no Brasil, foram quase o mesmo do ano anterior. Além disso, o movimento de capitais, pela primeira vez após a 2ª Guerra Mundial, mostrou-se desfavorável para o Brasil.

Na tentativa de reverter este quadro de queda das reservas, foram adotadas diversas medidas, tais como a adoção de licenças prévias para restringir as importações e a implantação de uma nova regulamentação de saída de divisas.

Movimento e serviço de capitais estrangeiros
(em milhões de cruzeiros)

	Movimento de capitais			Serviço			Saldo total
	Entrada	Saída	Saldo	Entrada	Saída	Saldo	
1947	240	62	178	3	477	-474	-296
1948	549	88	461	6	704	-698	-237
1949	174	82	92	8	802	-794	-702
1950	251	156	95	4	873	-869	-774
1951/1º sem.	69	114	-45	7	809	-802	-847

O *fundamental* da macroeconomia

A seleção de endereços eletrônicos apresentada nesta edição ficou a cargo do economista da FGV, Lauro Vieira de Faria. Com interesse específico na área de macroeconomia e nos assuntos de conjuntura, os sítios (*sites*) da internet mais utilizados por Lauro refletem essa escolha.



Um deles, é o do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) — www.ipea.gov.br. Nele, o leitor encontrará um acervo abrangente e atual de pesquisas sobre aspectos variados da economia brasileira, bem como um banco de dados de fácil acesso e contendo numerosas séries com dados sobre as economias brasileira e internacional.



Outro endereço imprescindível, segundo Lauro Vieira, é o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — www.ibge.gov.br —, que ele lembra ser de fundamental importância para o acompanhamento da conjuntura econômica nacional. "Além dos cálculos da inflação e das contas nacionais, o IBGE realiza e publica mensalmente pesquisas sobre a produção industrial, o comércio varejista, o nível de emprego e de salários absolutamente necessárias para o bom entendimento da evolução do setor real da economia", destaca o economista.



O endereço Banco Central na Internet — www.bcb.gov.br — é mais um que, praticamente, dispensa comentários. "Estão lá o mais completo acervo de dados estatísticos sobre os setores monetário, externo e fiscal da economia brasileira, o conjunto da legislação pertinente datando desde, pelo menos, 1964 e, mais recentemente, as pesquisas que fundamentam a política de metas de inflação bem como os relatórios trimestrais e as Atas das reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom)", recomenda Lauro Vieira.



Outro acesso, de acordo com ele, praticamente obrigatório para o trabalho do macroeconomista, é o do Fundo Monetário Internacional (FMI) — www.imf.org —, não só pelas pesquisas, ensaios e *working papers* do seu *staff* acadêmico como também pela disponibilização integral na rede do *World Economic Outlook*, a publicação semestral que indica, detalhadamente, os rumos da economia mundial na visão do FMI.



Por último, Lauro Vieira sugere o *Nacional Bureau of Economic Research* (NBER) — www.nber.org —, uma organização norte-americana independente que, conforme assinala o economista, realiza um dos mais completos e competentes trabalhos de pesquisa econômica no mundo. O NBER recruta seus pesquisadores entre a elite dos economistas que trabalham nos Estados Unidos, tanto nacionais quanto estrangeiros e, portanto, os trabalhos realizados refletem essa abrangência de temas e países. Segundo Lauro Vieira, "são trabalhos que dão um interessante contraponto às pesquisas realizadas pelo FMI, Banco Mundial etc., mais alinhadas às políticas oficiais dos países membros".

Uma radiografia do Brasil

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, ESTUDOS ECONÔMICOS DA OCDE — BRASIL. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2001.

Neste livro o leitor encontrará um extenso e completo relatório sobre a economia brasileira elaborado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE — a instituição de pesquisas dos países mais ricos do planeta), que pela primeira vez contempla o Brasil em sua série de estudos sobre as economias de países selecionados, não-membros da organização.

A questão central de que trata o livro é abrangente: o Brasil já teria superado sua longa tradição de políticas econômicas inconsistentes e estaria agora no limiar do crescimento e do desenvolvimento sustentados? Pergunta instigante, cuja resposta — desenvolvida neste livro — é um sim cauteloso e condicional.



Cauteloso porque a economia brasileira continua vulnerável a choques externos, de que a história recente oferece inúmeros exemplos. Esses choques afetam negativamente a economia brasileira por dois canais principais. O primeiro é a elevada dívida externa do país, de difícil giro e custo mais alto na ocorrência de choques externos.

Esses choques também penalizam nossa economia pela maior dificuldade de obtenção, no mercado externo, dos fluxos necessários para financiar o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos — correspondente à parcela da poupança total requerida para financiar nossos investimentos que não conseguimos gerar internamente.

A cautela também reflete a vulnerabilidade da economia a mudanças de percepção do futuro da política econômica. Nos últimos anos, a situação fiscal melhorou significativamente, como o estudo reconhece. Mas ainda preocupa o crescimento da dívida pública como percentagem do PIB (Produto Interno Bruto), dados o perfil de curto prazo da dívida e o fato de uma parcela significativa da dívida estar atrelada a juros de curto prazo ou ao câmbio.

Há também um elemento de cautela com relação à persistência do ajuste fiscal, ao melhor funcionamento dos mercados e seus reflexos sobre a competitividade — das empresas e da economia como um todo — e ao encaminhamento de soluções para as questões sociais.

O caráter condicional do "sim" reflete, portanto, algumas incertezas quanto ao futuro. A primeira é o espaço para a formulação e a execução de políticas econômicas consistentes nos próximos anos. Na realidade, mais do que as atuais políticas, o que está em questão é o arcabouço institucional em que se formulam essas políticas. Trata-se de saber se o arcabouço institucional que já temos é sólido o suficiente para assegurar que políticas econômicas consistentes mantenham a estabilidade no futuro.

O segundo elemento refere-se ao lado real da economia. As empresas são produtivas o bastante para competir numa economia crescentemente globalizada e aberta para o exterior? Finalmente, qual o grau de consenso social em torno da manutenção das atuais políticas econômicas? Para responder a esta última indagação cumpre responder a uma outra: os atuais programas sociais são eficientes o bastante para aumentar o estoque de capital humano da sociedade e reduzir a desigualdade, indispensável para manter a coesão social e o consenso em torno dos benefícios da estabilidade?

Em termos práticos, o que sugere a OCDE? Que, se a estabilidade veio para ficar, a manutenção do regime de metas inflacionárias requer, para se atingir o sucesso, a continuidade do ajuste e da disciplina fiscais.

Por fim, o estudo também contempla a situação social. Conclui ser necessário mudar as despesas sociais do governo, na direção de maiores investimentos em educação e saúde, indispensáveis para reduzir as desigualdades, regionais ou entre estratos da sociedade.

O que dizer das conclusões do estudo? São excessivamente otimistas, ou reproduzem adequadamente a nova realidade brasileira? A conclusão de que podemos estar no limiar do crescimento sustentado depende da hipótese de que atingimos coesão social suficiente para tornar o ajuste macroeconômico irreversível. Como diz o velho provérbio inglês, para provar o pudim é preciso comê-lo, e o futuro se encarregará de responder de maneira inequívoca a essa indagação. (Texto extraído da apresentação de autoria de Roberto Fendt, vice-diretor do Instituto Brasileiro de Economia — IBRE/FGV)



EUROPA

Paul Johnson, O RENASCIMENTO. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2001.

Período de profunda evolução no pensamento europeu, o Renascimento é responsável pela transformação do Ocidente medieval em moderno. A partir do seu advento, as cidades tornaram-se o centro da atividade humana e o mundo passou a conhecer a mais impressionante produção artística de todos os tempos. Neste livro — que, juntamente com *O Islã*, de Karen Armstrong, inaugura a coleção História Essencial —, Paul Johnson, um dos maiores historiadores da atualidade, analisa, com sua vasta erudição e imaginação brilhante, o que foi, de fato, o Renascimento e sua importante contribuição para a história da humanidade.

POLÍTICA ECONÔMICA

Emilio Garofalo Filho, CÂMBIO, OURO E DÍVIDA EXTERNA: DE FIGUEIREDO A FHC. Editora Saraiva, São Paulo, 2002.

Patrocinado pela Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), é o primeiro livro a trazer o contexto histórico da economia brasileira com destaque para o câmbio, ouro e dívida externa, desde a crise do petróleo até os acontecimentos mais recentes. Escrito por uma das maiores autoridades do assunto, aborda os fatos mais importantes daquele período, além dos bastidores da história: curiosidades do poder, situações não divulgadas pela mídia na época, análises e debates inéditos ou esquecidos. As exclusivas pastas do ano, presentes no final dos capítulos, resumem os principais acontecimentos do período enfocado, enquanto as inúmeras *charges*, figuras, gráficos e tabelas ilustram, de forma sucinta e original, os conceitos apresentados.



POLÍTICA MONETÁRIA

Bob Woodward, MAESTRO. Editora Campus, São Paulo, 2001.



Nesta obra, Bob Woodward, editor-gerente do *Washington Post*, recorre às suas técnicas de entrevista e pesquisa para conduzir o leitor ao interior do *Federal Reserve* (Fed, o banco central norte-americano) e ao cerne do pensamento de Alan Greenspan, *chairman* da instituição. Periodicamente, um pequeno comitê comandado por Greenspan se reúne para fixar a taxa de juros de curto prazo da economia dos EUA, que, como uma corrente elétrica, produz impactos em todos os países de economia globalizada. Neste livro, o polêmico dirigente aparece mais transparente do que nunca: nervoso ou tranqüilo, imerso nos números e na política, questionador, imparcial e sempre lutando — muitas vezes, sozinho.



MAIS UM LIVRO DA EDITORA FGV É PREMIADO

A Associação dos Serviços Autorizados em Eletrônica do Rio de Janeiro (Asaerj) conferiu o troféu Circuito Ouro 2001 ao livro A organização incorformista, de Celso Campos, por sua importância para uma boa relação fábrica-serviço autorizado-cliente-defesa do consumidor-mídia.

HISTÓRIA ECONÔMICA

Ricardo Feijó, HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO. Editora Atlas, São Paulo, 2001.



O livro de Ricardo Feijó, mestre e doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), é uma novidade no mercado editorial, pois há muitos anos um brasileiro não escreve sobre o tema. A obra, que cobre um vasto período de 2.600 anos de história, desde as reflexões de Lao Tse, na China Antiga, aos trabalhos de Robert Luckas na moderna academia norte-americana, apresenta a evolução histórica de conceitos econômicos no transcorrer das civilizações. Sem se prender a estilos ultrapassados, estabelece uma ponte sólida entre teoria e história. Uma leitura, sem dúvida, imprescindível não só para o público especializado de estudantes e profissionais de Economia, mas também para o leitor culto, em geral.

NEGÓCIOS

Francisco Cavalcante e Jorge Yoshio Misumi, MERCADO DE CAPITAIS. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2001.



A linguagem profissional do mercado de capitais evolui permanentemente, acompanhando o dinamismo e a expansão dos negócios. Esta é uma nova edição, atualizada, da obra de grande sucesso, lançada no final da década de 1980, que se tornou referência obrigatória para profissionais do mercado, professores e estudantes. Apesar das diversas crises sistêmicas (Argentina) e não-sistêmicas (falta de energia), que provocaram queda na maior parte dos ativos de Bolsa, o livro reforça a fé no mercado de capitais brasileiro como importante alavanca para o crescimento das empresas e do país.

FILOSOFIA

Jean Baudrillard, SENHAS. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2001.



Baudrillard reúne, neste livro, não só os principais conceitos filosóficos de sua obra, como também analisa as ligações existentes entre os grandes movimentos sociais e a obsessão contemporânea pela produção. A simples enunciação de palavras-chave no título de cada capítulo — o objeto, o valor, a sedução, o obsceno, o crime perfeito, o destino, entre outras — sintetiza a essência de suas idéias, seguindo o princípio estético-pedagógico de um abecedário. *Senhas* reabre o espaço tanto à liberdade de criação e expressão, quanto ao saudável - e imprescindível - ato de pensar.



COMUNICAÇÃO

Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Barbosa, DICIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2001.

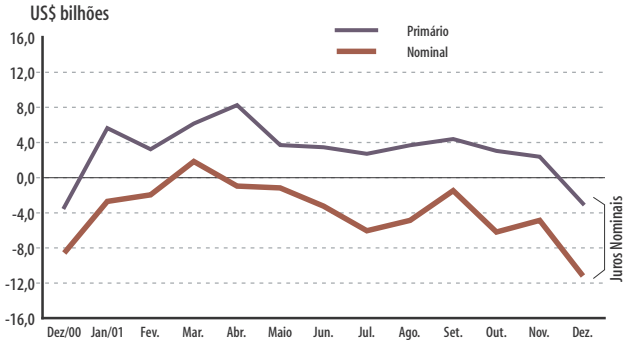
Este livro, que volta ao mercado em nova edição inteiramente revista e atualizada, consagrou-se nos meios profissionais e acadêmicos como a principal obra de referência das atividades ligadas à comunicação, em língua portuguesa. Reúne mais de sete mil definições das palavras usadas em jornalismo, publicidade, *marketing*, editoração, artes gráficas, *design*, telecomunicações, informática, internet, mídia, promoções, relações públicas e pesquisa, entre outras áreas afins. A intenção dos autores foi a de colaborar para o conhecimento claro e preciso da comunicação em suas diferentes manifestações. Os conceitos teóricos e filosóficos, também presentes nesta obra ao lado dos conceitos técnicos, certamente ajudam a estimular um novo sentido ético e humanístico nas atividades de comunicação.

Governo pagou R$ 86,4 bilhões de juros em 2001

TATIANA DEANE

Embora tenha apresentado déficit de R$2,9 bilhões em dezembro, o setor público obteve superávit primário de R$43,7 bilhões (3,75% do PIB) em 2001, acima da meta firmada junto ao FMI para o ano. Os juros nominais chegaram a R$8,3 bilhões em dezembro, acumulando R$86,4 bilhões no ano. O governo central — governo federal, Banco Central e INSS — foi o principal responsável pelo déficit nominal registrado no mês, de R$11,2 bilhões, já que os governos estaduais e municipais não só obtiveram superávit primário como também redução nos juros nominais, favorecidos pela queda do IGP-DI, indexador de grande parte de suas dívidas. O déficit nominal do setor público, incluindo as empresas estatais, foi de R$ 42,8 bilhões.\

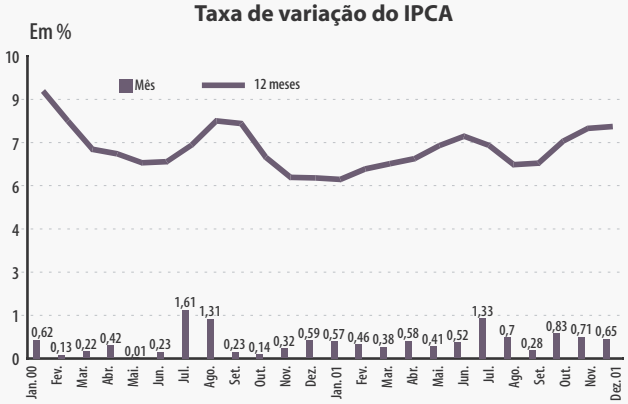
Necessidades de financiamento do setor público



Fonte: Banco Central.

O IPCA apresentou em dezembro elevação de 0,65%, com uma pequena desaceleração no ritmo de aumento de preços. Contribuíram para este resultado os produtos alimentícios, que apresentaram aumento de 0,56% (ante 1,31% em novembro), e também outros itens de peso na composição do índice, como a gasolina (de 0,29% para –0,34%) e o gás de bujão (de 0,47% para –0,54%). No ano, a alta foi de 7,67%, taxa bastante acima do teto estipulado pelo governo, de 6%. Este resultado refletiu principalmente o efeito da desvalorização cambial sobre alguns produtos e o reajuste de preços administrados, como as tarifas de energia elétrica, por exemplo.

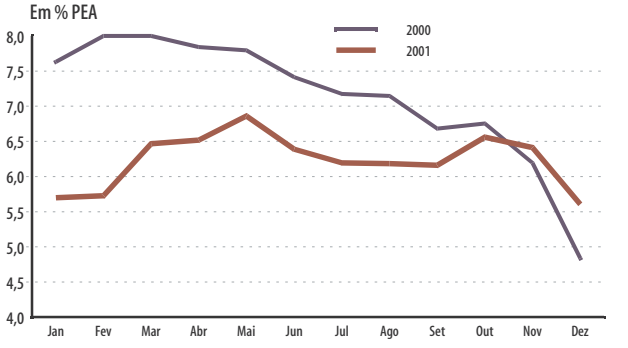
Taxa de variação do IPCA



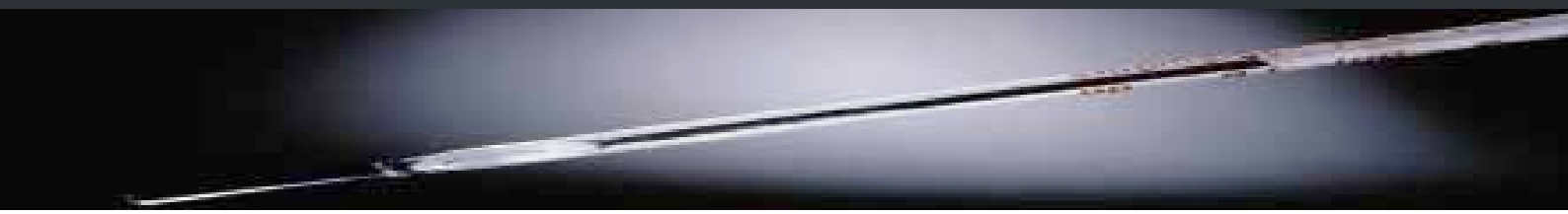
Fonte: IBGE.

A taxa de desemprego ficou em 5,6% da PEA em dezembro, tendo alcançado no ano a taxa média de 6,2%, ante os 7,1% registrados em 2000. O número médio de pessoas trabalhando em 2001 foi superior ao de 2000 em 0,6%, tendo sido o setor de serviços o que apresentou o maior crescimento no número de pessoas ocupadas: 1,4%. Verificou-se aumento no número médio de empregados com carteira assinada de 3,7% e, em contrapartida, queda no número de empregadores, de empregados sem carteira assinada e de pessoas trabalhando por conta própria, de 7,1%, 1,2% e 0,8%, sucessivamente.

Taxa de desemprego

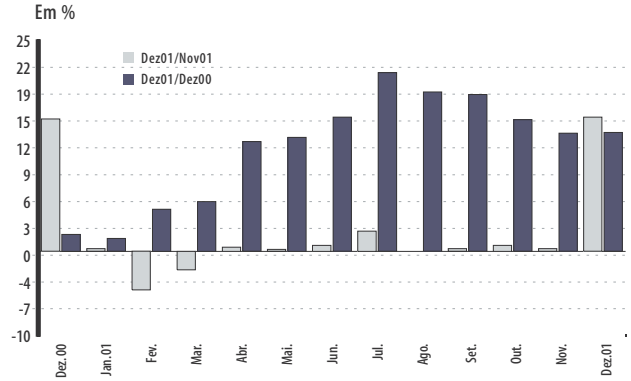


Fonte: IBGE.



O saldo médio da base monetária, que inclui o papel-moeda emitido e as reservas bancárias, constituindo-se assim o principal instrumento de política monetária, alcançou R$52,8 bilhões em dezembro, resultado não só bastante superior ao do mês anterior, como é comum ocorrer neste mês, como também muito superior ao do mesmo mês do ano anterior, fato que, aliás, se repetiu ao longo de 2001. Este saldo ficou dentro do previsto na Programação Monetária para o quarto trimestre do ano (entre R$46,9 bilhões e R$55,1 bilhões). Para o primeiro trimestre de 2002 está previsto um saldo médio entre R$45,1 bilhões e R$53 bilhões.

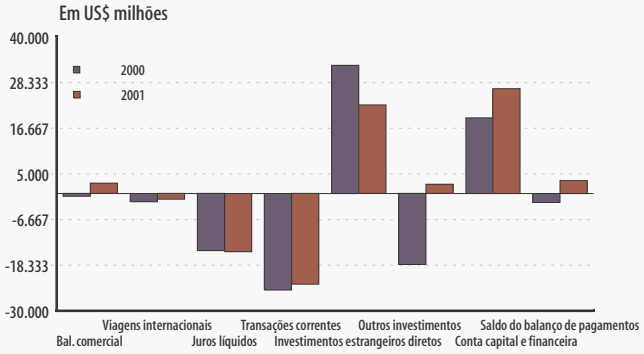
Base monetária



Fonte: Banco Central.

O déficit em transações correntes foi de US$23,2 bilhões em 2001 (ou 4,6% do PIB), valor US$1,5 bilhão inferior ao de 2000. Este resultado deveu-se sobretudo ao aumento das exportações em US$3,1 bilhões — o saldo da balança comercial saiu de um déficit de US$730 milhões em 2000 para um superávit de US$2,6 bilhões em 2001. A conta capital e financeira também apresentou resultado superior, graças ao item outros investimentos — créditos comerciais, empréstimos, moedas e depósitos e operações de regularização —, conforme já havia sido apontado anteriormente. O resultado global do balanço de pagamentos em 2001 foi de US$3,3 bilhões.

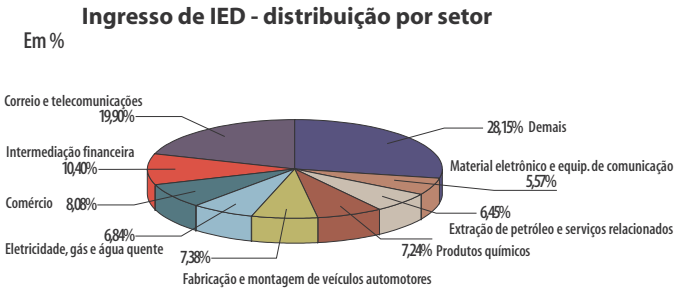
Balanço de pagamentos



Fonte: Banco Central.

Os investimentos estrangeiros diretos (IED) alcançaram US$22,6 bilhões em 2001, mostrando-se insuficientes para cobrir o déficit em transações correntes registrado no ano: a necessidade de financiamento externo foi de 0,11% do PIB, enquanto em 2000 ela havia sido negativa em 1,36%, ou seja, os IEDs haviam superado o déficit em transações correntes. Excluindo destes os investimentos em bens e imóveis, o ingresso de IEDs alcançou US$21,1 bilhões. Destes, 60,1% foram para o setor de serviços, com destaque para correio e telecomunicações; 32,8% concentraram-se no setor industrial e 7,1% em agricultura, pecuária e extração mineral.

Ingresso de IED - distribuição por setor





Parceria na *educação profissional*

Paulo Renato Souza
Ministro da Educação

Quando assumi o Ministério da Educação encontrei um grande problema a ser solucionado: o do ensino profissional brasileiro. O modelo existente era ineficiente e não dispunha de meios para adaptar-se às mudanças exigidas pelo mundo contemporâneo. Depois de sete anos de governo, a realidade é bem diferente. O Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) está construindo dezenas de escolas e criando centenas de milhares de vagas, além de substituir o currículo por matéria pelo currículo por competência, entre outras medidas inovadoras. Tudo isso dentro de um modelo de gestão que prioriza a auto-suficiência financeira e que responde diretamente às exigências de uma sociedade que não pára de mudar.

Antes havia uma enorme distorção na raiz do sistema: a simultaneidade, numa mesma escola, dos ensinos profissionalizante e médio. Nas escolas regulares de ensino médio, as "profissionalizantes", oferecia-se uma preparação para ofícios fora da realidade de mercado; e nas escolas técnicas federais, reconhecidas por sua qualidade de ensino, o exame de ingresso privilegiava jovens de classe média, futuros universitários, deixando de fora os alunos das classes populares, que aspiravam preparação para o trabalho. Era uma conta de perder. Perdia o setor produtivo, privado dos técnicos de que precisava. Perdiam aqueles que sonhavam em ser técnicos para ocupar essas vagas. Perdia o erário, que gastava mais para formar um candidato ao vestibular.

Tão importante como corrigir essa distorção era a necessidade de investir na criação de novas escolas e mais vagas de ensino profissionalizante na escala requerida pelo mercado de trabalho.

A solução apareceu numa conversa que tive com uma delegação de empresários de Santa Catarina. Eles pediam a criação de uma unidade de ensino da Escola Técnica Federal para sua cidade. Em contrapartida ofereciam uma região das mais importantes economicamente do estado. A reivindicação era justa, mas os recursos, escassos. Percebi que a solução que buscava para a educação profissional estava à minha frente. Para fazer o ensino profissionalizante crescer, tanto em número de vagas como em qualidade, não poderíamos continuar sozinhos. Precisávamos de parceiros: estados, empresários, trabalhadores e lideranças políticas locais.

O ministério deveria buscar novos recursos para investir na educação profissionalizante, aprofundando sua sintonia com o setor produtivo. Os novos parceiros fariam a sua parte. Receberiam recursos do governo para construir e equipar as escolas, preparar seus professores e desenvolver modelos de gestão e — fundamentalmente — cuidariam de sua manutenção e operação dentro de esquemas de sustentabilidade que seriam discutidos e aprovados pelo ministério. E assegurariam que seus currículos atendessem a suas reais necessidades de formação de quadros técnicos especializados. Respondi à delegação:

— Não são vocês que precisam de nós, é o governo que precisa de vocês. Se foram capazes de construir o progresso e bem-estar de sua região, com maior razão serão capazes de construir, em parceria conosco, a escola de que precisam. E melhor do que nós, serão capazes de mantê-la, administrá-la e geri-la, como novo instrumento em benefício do desenvolvimento de sua região e de seu estado.

A partir daí nasceu um novo paradigma para a Educação Profissional no Brasil. E, assim, os empresários daquela cidade de Santa Catarina obtiveram melhor resultado e tornaram-se parceiros do Governo Federal na educação brasileira.